

BREVE APRESENTAÇÃO

O presente texto expõe o contexto de um Brasil recente, circunscrevendo traços e legados que forjam e orientam sua experiência coletiva, em busca de indícios à descrição e análise de estruturas e estratégias discursivas próprias aos sujeitos observados em recém-concluída pesquisa de campo. Esta, um (sub)projeto do Programa de Investigação Internacional sobre Polarização Política na América Latina², coordenado pelo *Centre of Discourse Studies* - CDS/Barcelona, em convênio com universidades latino-americanas - a Universidade de Brasília/UnB, através do Programa de Intercâmbio Internacional com o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/CEAM e o Laboratório de Estudos Críticos do Discurso/LabEC; a Universidad Distrital Francisco José de Caldas, em Bogotá/Colômbia e a Universidad Austral, no Chile, dentre outras -.

Em forma de ensaio³, resgata-se parte do cenário nacional do período de 2013 - 2023 com o propósito de mapear o entorno que informa comportamentos e opiniões de conterrâneos entrevistados em 2022 - 2023. Contextos subjacentes aos enunciados (*discursos*) a serem analisados, relacionando processos fáticos e acontecimentos recentes da/na experiência social brasileira que atravessam fronteiras territoriais. De forma sumária, percorre-se um itinerário familiar para localizar características político-econômicas de/em nossa sociedade e sua a relação com a reemergência do autoritarismo brasileiro. Um fenômeno capitaneado hoje por novo ambiente interacional - a *midiosfera digital metapolítica* - e por radicalizada forma de participação política, o *movimento bolsonarista* -, que é discutido na primeira parte do texto. Em seguida, caracteriza-se a dinâmica de instrumentalização política realizada - via implantação e potencialização de um ecossistema de desinformação e capitulação e manipulação afetiva de sujeitos e coletivos - como o caminho percorrido à tomada do poder político e da máquina pública. Na penúltima seção, apresenta-se as divisões e rendimentos políticos do projeto neopopulista vingado, discutindo a exploração de atributos de classe próprios às bases partidárias do Partido dos Trabalhadores e a inclemente investida antipetista. Na parte final, debate-se a retomada do jogo democrático no Brasil - garantida pelo resultado eleitoral de 2022 e pela conclusão a contento do ano inaugural do governo ‘Lula III’ -, sublinhando contradições e limites desse processo, assentado na busca por normalização da vida política e social brasileira e na presença normatizada das forças extremistas no seio de nossas instituições e sociedade.

O cenário geral traçado permite situar domínios empírico e temático próprios à investigação em curso - cotejando contextos e textos à interpretação posterior dos dados construídos -, em busca por realizar uma compreensão ‘sensível’. A procura de pistas reflexivas, condensa o panorama brasileiro dos últimos dez anos levando em conta representações sociopolíticas vigentes como ‘fonte primeira’ ao entendimento do contexto que nos cerca e à interpretação posterior dos textos manifestados em campo (as conversas-dirigidas). Essa exegese não postula uma análise textual em si, conforme dada tradição linguística, mas uma compreensão crítica da centralidade e complexidade do *discurso* à objetividade e apreensão analítica multidisciplinar. Afinal, ‘ele’ é sabidamente chave à produção, transmissão, explicação e compreensão de formas (encarnadas em falas e escutas) pelas quais construímos nossas representações de/sobre o mundo; bem como meio por onde traduzimos e interpretamos as mesmas.

Como um exame básico, igualmente, não aspira teorizar nem esgotar ‘a’ análise do complexo ambiente que nos informa. Pretende, sim, encetar passos e identificar ferramentas ao esclarecimento de processos políticos vigentes

¹ Doutora em Ciências Humanas - Antropologia Cultural, PPGSA/IFCS/UFRJ. Coordenadora da Regional 1 (R1), no Centro de Estudos do Discurso - CDS/Barcelona e Pesquisadora em Estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade de Brasília - UnB, sob supervisão da professora Viviane de Melo Resende.

² O Programa de Investigação Interinstitucional, “*Polarização Política na América Latina: discutindo Brasil, Chile e Colômbia*”, é composto por quatro regionais de pesquisa: na Espanha/Europa (R1), no Brasil (R2), no Chile (R3) e em Colômbia (R4). A Regional (R1) coordena o projeto “*Um Pedaco de Brasil na Espanha: perfis diferenciados e representações sociopolíticas apartadas entre dois grupos de brasileiros emigrados*”. Para maiores informações ver https://www.discoursestudies.org/_files/ugd/1c2d30_b89cedd223f34f21bb003d335a2d4573.pdf

³ Sou particularmente grata ao professor Teun van Dijk pela leitura cuidadosa e pelos diálogos e sugestões imprescindíveis à estruturação deste texto.

na experiência coletiva e subjetiva de muitos brasileiros - mais ou menos distantes e que exaltam positiva e/ou negativamente o Brasil - ao realizar uma análise do contexto anterior e externo às peças discursivas construídas, via conversação interacional com os grupos pesquisados, que serão *a posteriori* examinadas. Como sabemos, um exercício fulcral à interpretação de enunciados diretamente relacionados aos domínios sociais, históricos e cognitivos subjacentes às conversações estabelecidas.

Para resumir, nestes tempos frenéticos de crise global e de desinformação induzida, dentre outras marcas de nossa época, decifrar uma complexa realidade aos olhos de quem a experiencia - seja um olhar técnico-acadêmico ou mesmo não-especializado - nos leva a descortinar contextos que formam e informam modos-de-ver e maneiras-de-fazer de muitos. Mais do que nunca, contextualizar é passo inicial à aventura de compreender práticas sociais (formas de vida, visões de mundo, ações e comportamentos, subjetiva e socialmente produzidas e reproduzidas). Especialmente, como sabemos, no ofício de pesquisador é ato imperativo ao desafio de apreender um corpo de variáveis encobertas nos enunciados manifestos em dado universo empírico - objetos por excelência de indagação e reflexão -. Portanto, é também uma forma de mostrarmos 'a cara do Brasil'.

1. PRETÉRITO BRASIL DO PRESENTE: contexto político-social e autoritarismo atávico

Nesta seção inicial circunscreve-se determinadas configurações político-econômicas e socioculturais subjacentes à reemergência e ao robustecimento do autoritarismo brasileiro atual com o propósito de situar e interpretar dada conjuntura local - contraditória e conflituosa e empiricamente delimitada -. Busca-se identificar particularidades no recente processo de 'desdemocratização' nacional problematizando parte da experiência sociopolítica brasileira dos últimos dez anos (2013 - 2023), com ênfase em relações menos ou mais objetivas entre racionalidade econômica, ordenamento político e emergência e fortalecimento do atual extremismo que nos espreita⁴. A discussão realizada lança luz sobre as estreitas relações existentes entre os campos econômico, político e social e o ressurgimento e força do neoconservadorismo nacional relacionando dinâmicas do modelo neoliberal vigente para além de sua racionalidade econômica. Igualmente, esclarece-se a engenhosa articulação entre nossos traços culturais atávicos e o uso de novas tecnologias comunicacionais à serviço do projeto político neoconservador, de caráter essencialmente autoritário e antidemocrático.

Em síntese, contextualizar brevemente estes últimos anos de Brasil possibilita entender aonde chegamos e onde estamos, avaliando recentes mudanças em nossa atual configuração política, marcada por disruptivas investidas autocráticas profundamente resilientes que, no limite, mostram 'uma cara' de nosso país.

1.1 NEOLIBERALISMO, POLÍTICA E SOCIEDADE: malfadada "Era do atraso"

A contextualização do tempo presente possibilita demarcarmos melhor aspectos do padrão neoliberal hegemônico nas sociedades liberais contemporâneas; em particular sua aplicação no Brasil, vigente há pouco mais de trinta anos. Em todo o mundo globalizado o modelo está em crise, especialmente desde os 'apuros' de 2008. Para decifrar sua dinâmica e, sobretudo, compreender suas instabilidades e conflitos é preciso saber que ele não representa apenas uma racionalidade econômica. Trata-se de um sistema de gestão político-econômico e social que tem como prerrogativa central a perspectiva do Estado como regulador da economia, baseado na redução de investimentos públicos e na privatização de empresas estatais, responsáveis por processos sociopolíticos altamente recessivos e disruptivos. Em níveis globais e locais, ele configura um modelo e *modus operandi* que impactam distintas esferas constitutivas da experiência social - economia, política, sociedade, cultura e meio-ambiente -.

A constatação nos permite melhor relacionar macroestrutura econômica e ordenamento político e dimensionar a economia em perspectiva integral e não de forma apartada; seja de uma posição subordinada na ordem internacional, seja das prerrogativas neoliberais vigentes, seja da razão predatória das elites econômica e política internas e externas, seja da truculenta dinâmica sociopolítica nacional. Afinal, sabemos, o domínio econômico é essencialmente um campo de disputas (políticas) sobre como gerar, gerir e distribuir bens e recursos escassos à sociedade.

⁴ Nesta primeira parte quero agradecer ao "uso e abuso" do tempo da professora Marize da Cunha e aos seus precisos comentários.

Padrão Neoliberal

Na experiência contemporânea, o modelo e a perspectiva neoliberais hegemônicos funcionam como moduladores e mediadores de dinâmicas políticas abrangentes, bem como gestores de formas de vida coletiva e de controle em todos os lugares em que vige. Como um dispositivo social - uma engenharia - reinscreve subjetividades pela via de discursos psicologizantes e moralistas, fundado em noções elementares sobrepostas, cujos principais propósitos e resultados permitem capitalizar ações e emoções em benefício próprio e produzir consensos e acomodações sociais, impingindo a muitos uma abjeta servidão voluntária⁵.

Do ponto de vista local, como não relacionar processos próprios a esse ordenamento econômico - hegemonismo financista, desindustrialização, desregulamentação e debilitação do mundo do trabalho, concentração de renda e riquezas materiais e naturais, endividamento e controle do orçamento público, desinvestimento e extrativismo predatório -, ao enxugamento do Estado, às pressões sobre governos e às disputas e instabilidades políticas por acesso ao poder e controle da máquina pública? Igualmente, como não correlacionar tal ordem ao aumento de nossas desigualdades, injustiças sociais e contração dos 'gastos' públicos? Em particular, como não conectar tais processos a fenômenos sociais altamente disruptivos - empobrecimento, rebaixamento dos serviços públicos, riscos, insegurança, adoecimento - que expõem o grau de vulnerabilidade de dada população? Sem tratar aqui das complexas relações entre políticas-econômicas internas e externas⁶.

Desde a entrada do Neoliberalismo no Brasil - no período do governo Collor (1990 - 1992) e a sua consolidação, na gestão de Fernando Henrique Cardosos (1994 - 1998; 1999 - 2002)⁷ -, na história nacional recente, boa medida dessa dimensão performativa-negativa do modelo econômico adotado fica evidente nos 'finalmentes' da urdida farsa do *impeachment* de Dilma Rouseff (2015 - 2016). Momento no qual assistimos ao desmoronamento da economia brasileira face a problemas como a inflação e recessão, o ciclo de alta de juros, a contração econômica, da indústria nacional e do mercado de trabalho, junto à redução de investimentos internos e externos. Um processo corroborado pelo truculento contexto de crises político-institucional e social que terminaram por desmascarar o modelo econômico imposto e as interdições e limites de nosso almejado crescimento com desenvolvimento e justiça social.

Não obstante, o momento exemplar da performance neoliberal brasileira recai sobre as duas últimas décadas, a dita 'Era Temer-Bolsonaro' (2016 - 2022); um período considerado uma *síntese social*⁸ perfeita dessa lógica acumulativa destinada ao fracasso, acompanhada de muita turbulência e transformações políticas. Não por acaso, nestes desafortunados anos, ambos presidentes que deram nome à Era (resultados de espúrios conchavos) tornaram-se referências negativa e imbatíveis no campeonato do circo-dos-horrores nacional. Uma fase peculiar de retrocessos político-econômicos e socioculturais, marcada por fissuras e inequidades concretas e imateriais, diretamente responsáveis pelo corrente 'estado-de-coisas'. Foram anos circunscritos por processos disruptivos no qual o Estado brasileiro reagiu negativa e insuficientemente às dificuldades inerentes ao modelo de crescimento por ele adotado e defendido. Reformas estruturais, estabilização macroeconômica, contração de investimentos e serviços públicos, concentração da riqueza, liberalismo radical, financeirização econômica e controle e despoltização da sociedade civil atravessaram nossa experiência sociocultural como um 'rodo'.

⁵ V. Safatle (2021) destaca máximas discursivas desse modelo performativo: a defesa da propriedade privada e da livre-concorrência, a falácia da autonomia frente ao Estado e autodeterminação do indivíduo, a hiperbólica ideia de liberdade irrestrita (sobretudo do mercado), a ênfase na competitividade como ao êxito pessoal e no 'empreendedorismo de si' e a consequente despoltização do sujeito e da sociedade, via manipulação e controle sociais.

⁶ Por exemplo, globalização assimétrica, hegemonização e unilateralismo geopolítico, endividamento externo, neocolonialismo e neoimperialismo dos países em desenvolvimento, interferências e conflitos localizados, abertura, aumento de inversões externas e controle do capital transnacional, concentração de riquezas e exploração predatória do Meio Ambiente, dentre outros.

⁷ Período de fortalecimento do modelo neoliberal, marcado por processos como: privatização de empresas nacionais e estatais, indústrias e comunicações; venda dos bancos estaduais; enxugamento da máquina pública, via redução dos servidores do Estado, através de aposentadoria antecipada ou demissão; terceirização da força de trabalho e de vários serviços públicos e abertura do mercado nacional às empresas estrangeiras.

⁸ Em seu novo livro (2023) - uma análise sobre a 'forma social escravista pós-abolicionista' como dimensão estruturante de nossas hierarquias discriminatórias - Muniz Sodré aludi à noção de *síntese social* em perspectiva multidimensional, num giro epistêmico. No lugar de buscar estruturas rígidas, advoga uma forma de apreender dadas representações sociais de sujeitos e grupos que estejam mais além de indicadores objetivos em si.

Conforme problematizam muitos estudiosos⁹, domínios e instabilidades decorrentes expressaram tanto desequilíbrio e estagnação da lógica econômica vigente, quanto aportaram nexos específicos que amplificaram nossos problemas e paradoxos enquanto Estado, Nação e Sociedade, deixando expostos o caráter autoritário e patrimonialista de nossa República e a incompletude e indefinição dos rumos da democracia brasileira do período.

Michel Temer: o ilegítimo (2016 – 2018)

O governo interino de Michel Temer foi composto pela aristocracia política fisiologista (senhorial, branca e sexista). Fruto de traições e conspirações, ao assumir a chefia do Executivo tratou, em curto espaço de tempo (o tempo breve do conchavo), de reduzir e retirar parte de nossos direitos sociais inclusivos, duramente conquistados. Apesar da retórica, não houve “ponte para o futuro” que segurasse a queda da economia brasileira à época. Desde que assumiu, pleiteou uma polêmica emenda constitucional - a PEC 55, do “Teto de Gastos”, aprovada quatro meses após empossado - que promoveu controle radical e desvio do orçamento público, cortando recursos de repasse e investimento em áreas prioritárias (Saúde, Educação e Ciência & Tecnologia). Em seguida, via Medida Provisória, impôs desastrosa Reforma do Ensino Médio, na qual as escolas foram dispensadas de oferecer toda a grade curricular, prevista nos Itinerários Formativos. Depois, encampou a Reforma da Previdência e suas draconianas condições à aquisição de aposentadoria (65 anos para homens e mulheres, 25 anos de contribuição mínima e 49 anos contributivos à aquisição de pensão integral). Finalmente, aprovou de forma rápida a Reforma Trabalhista, sob a justificativa da ‘modernização da legislação’, logrando a retirada de Direitos e a desregulamentação e precarização do mundo laboral (imposição de negociações interclasses e categorias, em detrimento da lei de proteção ao trabalho, fim da justiça trabalhista, terceirização, contratação temporária e trabalho intermitente).

Vale demarcar também o fato de seu governo ser responsável pela interferência inicial dos militares da ativa nos Poderes da Nova República e pelo consequente controle da máquina pública, através da recriação do Gabinete de Segurança Institucional - GSI (comandado pelo general-de-Exército Sérgio Etchegoyen, à época chefe do Estado Maior do Exército), evidenciando a permanência ameaçadora de uma irresoluta “Questão Militar”¹⁰; uma “questão mal resolvida” que permanece e se atualiza no tempo histórico, marcada pela busca por protagonismo político, intervenção e controle social por parte das Forças Armadas brasileiras que desde a Proclamação da República brasileira interferem e ‘moderam’ a política nacional (tão em evidência no cenário atual).

Além disso, adiciona-se à crise econômica e social de sua gestão outros elementos que testemunham os entraves em nosso desenvolvimento, como o desequilíbrio de forças institucionais, notadamente os Poderes da República, em especial as capacidades e qualidades dos Legislativo e Executivo e o inchamento do Judiciário. Igualmente, vale destacar o baixíssimo índice de popularidade de Temer; apenas 5% dos brasileiros aprovavam seu governo, deixando o Planalto com 74% de rejeição (ruim e péssimo); sem esquecer suas falcaturas para se safar de denúncias evidentes de corrupção e apropriação de dinheiro público em seu governo, bem como a intensidade das trocas e negociações fisiológicas estabelecidas no período (Sterling & Schwarcz, 2019).

Jair Bolsonaro: o desgoverno (2019 - 2022)

Considerado o pior presidente do país, não por acaso Bolsonaro é definido por seus atributos negativos: autoritário, ultraconservador, reacionário - fundamentalista, racista, sexista, homofóbico -, sem capacidade e preparo para o cargo (o único dos mandatários da Nova República que não foi reeleito). Uma cópia mal-acabada do que há de mais nefasto do/no Brasil, afinado com grupos ‘duvidosos’, dominantes descendentes e ascendentes (setores do aparato repressivo, notadamente parte das Forças Armadas, do Exército e Milícias; *agrobusiness*, madeireiros, grileiros e

⁹ SECCO, Lincoln, 2023; João César de CASTRO ROCHA, 2023; SOUZA, Jessé, 2019, dentre outros.

¹⁰ “A Questão Militar foi uma sucessão de incidentes, ocorridos entre 1886 e 1887, envolvendo oficiais do Exército Brasileiro e autoridades do governo imperial. Esse choque entre militares e civis agravou a crise política e deu novo ímpeto à campanha republicana. Assim como a Abolição e a Questão Religiosa, contribuiu para a crise do regime imperial no Brasil, conduzindo à proclamação da República em 1889” (https://pt.wikipedia.org/wiki/Quest%C3%A3o_Militar). Desde então, estão efetivamente presentes na condução de nossas Velha e Nova República: Constituição de 1891, Intervenção militar de 1930 e as Constituições de 1934, de 1937 e o Estado Novo, Constituição de 1946, Golpe Militar de 1964, sua repressão e seu Serviço Nacional de Informações - SNI, Constituição de 1988 (e o polêmico Artigo 142) e a retomada de espaço na política e administração pública da Era Temer-Bolsonaro, da GSI à ABIN: agência nacional de inteligência.

mineradores, dentre outros). Sua ascensão política e gestão presidencial representa uma 'era do atraso' na qual foi sendo gestada uma versão 'nova' do autoritarismo populista que voltou à cena e ganhou corpo e velocidade, promovendo muito barulho e razões simplistas, naturalizadas e descontextualizadas, sobre questões complexas que solapam a realidade nacional.

Nos planos políticos e sociais, seus quatro anos de desgoverno provocaram desastres de grandes proporções. Um contexto de retomada do poder político das Forças Armadas e de militarização da administração pública, marcado por criminalização da político-partidária, conspirações e perseguições de sujeitos e instituições e negacionismos fundamentalistas em distintas esferas da sociedade (religião, ciência, educação, dentre outros). Uma gestão regradada por apropriação indébita e má-utilização da máquina pública, diminuição e retirada de direitos, instabilidades políticas e tentativas de golpes. Um período grifado por inúmeras crises e contestações que foram instrumentalizadas por nosso velho e conhecido conservadorismo, à serviço de grupos socialmente hegemônicos, sustentado por truculento ecossistema comunicacional (como veremos, mais adiante).

Em termos econômicos, seu desgoverno deixou como herança retração e desinvestimento econômicos, anarquia e desordem nas contas públicas, dilapidação do patrimônio público e o rombo de 300 bilhões no orçamento em tentativas escabrosas à reeleição. Um cenário cuja gravidade pode ser bem dimensionada em indicadores básicos. Segundo o IBGE, no final de sua tenebrosa gestão, em 2022, a posição do Brasil no *ranking* das economias mundiais foi de 13º lugar. Neste ano, a inflação foi de 10,54%, puxada pela gasolina (R\$ 8,00), diesel (R\$ 6,90) e gás de cozinha (R\$ 130). Cerca de 14,1 milhões de pessoas buscaram emprego (7,3% a mais que em 2021). O Desemprego foi de 12% e 40,8% da população ocupada não tinha contratação. Mais ainda, 57 milhões estavam desnutridos face à crise, à pandemia e aos cortes em programas sociais; 19 milhões passaram fome e 40 milhões não se alimentaram devidamente.

Além das nefastas consequências políticas e sociais e do desastre econômico apontados, no 'Brasil-de-Bolsonaro' o presente-imediato, passado e futuro bailam e rodopiam fatos em progressividade circular através de movimentos que alimentaram ressurgimento, fortalecimento e radicalização do 'velho conhecido' autoritarismo nacional. Ao longo de seus quatro anos no poder, atônitos, assistimos ao bailado atemporal que nasceu nos desmandos do Brasil colonial, atravessou o pacto conservador da República Velha e a insurgência do integralismo, percorreu a ditadura civil-militar (1964-1985) e desaguou na situação atual: um Brasil atravessado por riscos e instabilidades, refém de um populismo autocrático que resiste e insiste em suas ameaças e truculências antidemocráticas.

Apostas e Apoios Políticos

Em tempos de imperativo do 'aqui-e-agora', e de indomável simultaneidade, nosso neoconservadorismo foi ganhando apoio e protagonismo e, assim, conquistou corações e mentes. Em seus cinco anos de vida e visibilidade públicas, tirou proveito da velha luta intra e extra-classes recorrendo a antigas e novas linguagens, práticas e aliados políticos. As inúmeras afetações 'lavajatistas' criaram condições à abrupta ocupação do poder por forças disruptivas que levaram à cisão da sociedade brasileira e ao conseqüente assalto de nossa máquina pública.

Como em outras ocasiões, o apoio popular à Bolsonaro foi explorado pelo mercado, pela oligarquia tradicional e por radicais de direita, que afixaram e deram materialidade à pauta autoritária, conservadora e extremista em curso (cada vez mais, 'naturalizada'). Em clima de "vale-tudo" para retirar a hegemonia petista, foi sendo tratado por muitos como um 'acidente de percurso', ou mesmo, 'um mal necessário'. Exemplos desta lógica, articuladas ao fluxo internacional, nossas elites político-econômicas (senhoriais) se afastaram de uma retórica liberal-conservadora já que há muito não podiam conquistar a massa eleitoral que endosse seus projetos de capitulação do Estado e de controle da máquina pública. Desde então, "chutaram o balde", deixando o espaço aberto à retórica neopopulista¹¹ e à contrarrevolução antidemocrática.

Indo mais além da esfera política, o projeto neoconservador foi sancionado pelas camadas médias e ungiado por parte dos segmentos de baixa-renda cooptados por processos como desconfiança na política, demonização partidária,

¹¹ O conceito de *populismo* é bastante presente na reflexão das Ciências Humanas e Sociais, notadamente a Ciência Política e Filosofia, em especial a forma *neopopulista* em nossa história recente. Questões atuais versam sobre a existência de populismo de direita e, também, de esquerda; bem como se seria uma ideologia ou uma estratégia discursiva, uma retórica peculiar às maneiras de conduzir discursos, agendas e interesses políticos. Acerca da polifonia do termo e da especificidade de seu uso no Brasil ver Thomás ZICMAN DE BARROS e Miguel LAGO (2022).

simplificação das mensagens, *fake news* e por uma moralista agenda de costumes: contra o aborto, o feminismo, o reconhecimento e direito de minorias e a descriminalização da maconha; intolerâncias religiosas e violências, a favor do armamento da população, da ditadura e intervenção militar, da tese do marco temporal e da criminalização do Supremo Tribunal Federal, por exemplo.

De forma implacável, seu principal protagonista - Bolsonaro - tornou-se um *player* decisivo no cenário político nacional. Ao fim e ao cabo, sua figura foi dando sentido e unidade ao conjunto diverso de seus apoiadores tornando-se o único capaz de enfrentar a situação política institucionalizada, sustentado por grupos historicamente contrários aos interesses da população brasileira. Em especial, setores partidários em disputa da liderança política nacional (PSDB), historicamente contra a popularidade e combatividade do Partido dos Trabalhadores. Nesta disputa e projeto de poder, em movimento orquestrado, investidas de muitas ordens foram articulando verborragias antipolítica e antissistema letais à nossa incipiente experiência democrática e, assim, anulando forças opositoras do PT e de nossa casta político-partidária tradicional. Entre lances e movimentos calculados, foi ganhando corpo e êxito a estratégia de criminalizar e anular a concorrência política. Uma arremetida que teve como cerne a captura e o arresto de muitos corações e mentes, via disposições emocionais, como veremos mais adiante.

Neste contexto, aqui e acolá eclodiram discursos e movimentos que levaram essas 'novas' forças a ocupar vasto conjunto de significantes vazios - presos às afeições político-identitárias - e ameaçar regras básicas do jogo democrático. Enfim, apoiados por muitos, o 'capitão' e seus 'comparsas' dariam nova roupagem ao autoritarismo atávico que nos forma e nos envergonha. Este, um marcador cultural complexo que tem sido problematizado por muitos estudiosos, em busca de compreender nossas especificidades e diferenças, conforme discutiremos a seguir.

1.2 VELHO SENHORIALISMO, NOVO AUTORITARISMO: deslocamentos e tecnologias políticas

Voltando para ocupar', o 'novo' projeto autocrático brasileiro foi tragando tudo e todos a sua frente. Enquanto isso, segmentos políticos convencionais e outros, a 'nova direita', foram se beneficiando do 'incidente-Bolsonaro' e deixaram exposta a ineficácia de nossa Nova República, frente às articulações políticas autoritárias em curso. Muitos são os fatos que testemunham deslocamentos e assentamentos políticos (extra)ordinários; em especial, a rápida ascensão e robustecimento de um *neoconservadorismo populista*, bem como a configuração e potência de uma *esfera digital metapolítica* para além de razões objetivas e diretas, originariamente ligadas à busca por ascensão e conquista do poder político.

Ambos os processos (neopopulismo e digitalização metapolítica) concorreram à atualização do autoritarismo atávico que nos marca; este, um evento estrutural que hoje volta na forma ultrapopulista cuja força e êxito incidem sobre uma série de fatores combinados. Dentre tantos, destaca-se a disponibilidade subjetiva e corporativa de muitos à proposta, os traços culturais próprios, a eficácia e hegemonia de novas ferramentas de comunicação e as emaranhadas tramas políticas, regadas por enunciados apelativos, truculentos e retrópicos, que pontuam a realidade brasileira dos últimos anos. Como veremos, dinâmicas que instauraram aterradoras 'novas' ordens, formas, práticas e representações políticas que trouxeram de volta fantasmas do passado e, ainda, promoveram uma paradoxal ordem caótica.

Autoritarismo Atávico

O autoritarismo brasileiro é um dispositivo intrincado, próprio à experiência nacional, fruto de processos históricos e socioculturais concretos, de dimensões materiais e imateriais (das violências físicas às simbólicas). H. Starling e L. Schwartz (*ibid.*) caracterizam o fenômeno como uma ocorrência de longa duração atualizada no tempo em razão de sua afinidade com fatos peculiares à nossa formação como povo, sociedade e nação; por exemplo, desigualdades e hierarquias sociais de classe, raça, gênero, escravismo, mandonismo, patrimonialismo, violências, intolerâncias e deslegitimação do 'outro' - não toda e qualquer alteridade, mas aquela fora do padrão hegemônico (pobre, preto, ribeirinho, nordestino, mulher, jovem e população LGBTQI+) -. Estes eventos histórico-sociais configuram a díade 'autoritarismo-conservadorismo' como nosso traço cultural determinante, responsável pela difícil e tortuosa construção da cidadania, pela violência estrutural, pelo racismo inato e pelas muitas formas de exclusão social que anulam a rica mestiçagem, diversidade e pluralidade identitária que nos marca.

Em relação ao tema, Muniz Sodré (*ibid.*) problematiza a singularidade da experiência brasileira ao apontar nossa baixa cultura republicana, marcada por mediações sociais 'familiares' - parentesco, compadrio, amizade e cooptação grupal -, atravessada pelo marcador hierárquico do racismo que nos forma (*id. ibidem*, 37). Em particular, sublinha que na

República brasileira pós-abolicionista combinam-se dois modelos de dominação político-social, fruto de um *senhoralismo* atávico (mandonismo), institucional e multidimensional, gerado pelo autoritarismo da custódia militar (exemplar na figura do ‘Coronel da Guarda’) e pelo *patrimonialismo estatal*, no âmbito de relações de família e compadrice. Sem ter nascido hoje, portanto, o despotismo que nos marca, conforme M. Sodré, e outros, encarnado em ambos os processos, inviabiliza uma liberta o social efetiva. Dito melhor, aborta um projeto político igualitário e inclusivo. Ao emparelhar patriarcado e capitalismo, pontua a inatingível mobilidade e transforma o de base necessária   emancipa o popular¹². Logo, razões hierárquicas e racionalidades econômicas contornam a peculiaridade da domina o social (racial) como *forma* que perpetua e atualiza nosso padrão despótico.

No tempo presente, o autoritarismo brasileiro voltou com força e renovado, ganhou radicalidade e encarnou-se em ‘novo’ fenômeno nacional que vige há, pelo menos, cinco anos: o *bolsonarismo*¹³; um acontecimento de estatura maior do que aquele que o denomina, que nos fala e explica parte do que somos e pelo qual (para nós mesmos e para o mundo) ‘mostramos nossa cara’ ao escancarmos o etos antidemocrático inerente   nossa sociedade. Acerca disso, C. Rocha (*ibid.*) e L. Secco (*ibid.*) pontuam a longa dura o de nossa tradi o autoritária, desde a repressão militar   inclemência de parte da popula o na lida e rela o com nossas alteridades constitutivas¹⁴. Junto às nefastas a o es cotidianas, encontramos reeditadas, em distintas esferas da vida social, violências simbólicas legitimadas por um moralismo racista, desprovido de ‘verniz civilizatório’ e de discurso autorizado dos ‘especialistas’.

Apesar de perdurado no tempo longo, no tempo breve, o bolsonarismo gerou um movimento político civil com características próprias, representando um projeto urdido, endossado, e, inclusive, ‘normatizado’, por parte significativa popula o brasileira, que realiza um jogo de inversões ao negar e mitigar a truculência das cisões impingidas   nossa sociedade. Mais ainda, que camufla o caráter manipulatório dos interesses e vontades das massas, assentado na paradoxal ambiência comunicacional ‘revolucionária’ das plataformas e redes digitais.

Ecossistema de Informa o

Nos marcos de nossa República contemporânea, o projeto neopopulista ganhou visibilidade a partir do uso de potente aparato técnico de comunica o digital e de coopta o do multifacetado Ciclo de Protestos de 2013, com o propósito de nos testar e transformar em laboratório mundial   manipula o neoconservadora (ou seja, uma testagem   consolida o de um modelo replicável, considerando nossas especificidades e posi o continental). De forma articulada e simultânea, este plano de poder ganhou o espaço consagrado das ruas tradicionalmente compartilhado por sujeitos, institui es e coletivos de esquerda. Assim, com truculência e método (idioma e tecnologias próprias), voltou-se   mobiliza o e   agita o de uma base espelhar representativa (cerca de 25% da popula o), ocupando brechas do espaço público de forma ‘bab lica’, face às disponibilidades subjetiva e corporativa desses ‘poucos-muitos’ e ao agenciamento técnico deste novo padrão comunicacional.

Nessa dinâmica ficou patente a capilaridade e a capacidade da ‘nova’ direita de captar e se apropriar funcionalmente do descontentamento social e de dominar tecnologias digitais de ponta, com vistas a liderar e mobilizar parte das massas   a o política. Com velocidade e astúcia foram ocupados espaços físicos e digitais (ruas e redes),

¹² M. Sodré reconhece nossa *senhoralidade* como produtora e reprodutora de desigualdades raciais e sociais estruturantes   forma o brasileira. Ao longo do tempo o poder senhoral encarnou outras formas de mando e privilégio que exibem o padrão perversamente hierárquico de nossas rela es sociais (*id. ibid.*, 42-3).

¹³ Segundo a Wikipédia, o bolsonarismo   uma ideologia associada às seguintes características: retórica de defesa da família, do patriotismo, do conservadorismo, do autoritarismo, de elementos neofascistas, do anticomunismo, do negacionismo científico, do porte de armas, da rejei o aos direitos humanos e da aversão   esquerda política, bem como pelo culto   figura de Bolsonaro, frequentemente chamado de “mito” (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Bolsonarismo>). Todavia, considero que não se trata de um corpo tão estruturado, mas sim uma aglutina o de ideários que se remete a ideologias mais estruturantes em nossa experiência social, como conservadorismo e autoritarismo, por exemplo.

¹⁴ Para Castro Rocha, internamente, a investida neopopulista encarnou o projeto militar de retomada de poder, fundado numa posi o revisionista da Doutrina de Segurança Nacional (*ib. idem*, 133). Mesmo articulada internacionalmente, estruturou-se graças ao conluio de agentes centrais e de setores específicos: civis, legislativos, militares, grande m dia, juizes celebrizados, capital estrangeiro e departamento de estado norte-americano. Já L. Secco destaca o curso histórico dessa gramática autoritária: nos anos 20-30’, com a A o Integralista Brasileira (cujas palavras de ordem eram “Deus, Pátria e Família”); em 1938, o Golpe Integralista; nos anos 50’ e no Partido de Representa o Popular; no Golpe de 64 e no caricato deputado federal Enéas, nos 90’ (*id. ibid.*).

despejando uma retórica ensaiada e engenhosa. Estes, territórios exaltados como lócus regulador e legitimador da dinâmica política, considerados hoje como avalistas e testemunhos da costumeira “voz do povo”. Falácias demagógicas à parte (‘a rua assegura o estatuto democrático às manifestações’, ‘junho 2013 pariu o inominável’), o suporte e operacionalidade do neopopulismo brasileiro adveio do uso abusivo desse novo *topos*, a *midiosfera digital*.

Face à variabilidade e amplitude do mercado comunicacional, nas redes digitais o ritmo da adesão (sempre seletiva, baseada na confirmação de nossas crenças e no alijamento narcísico da diferença) às mensagens veiculadas acelera-se e leva parte dos usuários ao engajamento e mobilização político-ideológica¹⁵. Segundo L. Secco (*id. ibid.*), os formuladores deste projeto recorreram à técnica racional de mobilização via discurso irracional de grande apelo popular. Utilizaram uma linguagem aparentemente ‘revolucionária’ para promover conteúdos ‘reacionários’, em nome de enganosa batalha do “bem contra o mal”. A este respeito, C. Rocha complementa com a observação de que as redes digitais se tornaram o principal meio de transmissão das mensagens, em parte, devido ao milagre da simultaneidade e à capacidade de extensiva mediação. Um ambiente que, em espiral crescente, se transformaria em energia explosiva e alimentaria a voracidade extremista¹⁶. O pesquisador chama atenção ao alcance deste universo tecnológico e à onipresença destas redes em esferas da vida cotidiana - do ambiente doméstico ao espaço público -, sublinhando a penetração sinuosa e contínua das mensagens veiculadas.

As características apontadas criaram e potencializaram engenhoso e perverso ‘ecossistema de desinformação’, muito bem usado e explorado pelo projeto neopopulista. De todos os meios e lados, foram feitos usos e abusos deste novo aparato comunicacional (a *midiosfera* das plataformas e redes sociais digitais). Foram apropriados de forma invertida temas, conceitos e símbolos de forte apelo popular (Negri, 2023). Foram instrumentalizadas crises política, econômica e social, debatidas majoritariamente em tal ambiente, através de tramas e manobras que aparelharam crises e frustrações coletivas e pavimentaram novos cursos e discursos, conduzidos para moldar a opinião pública e obter o apoio popular aos projetos políticos em disputa.

Ao fim e ao cabo, como veremos, uma ambiência que acolheu desejos, planos e planejamentos de caráter profundamente antidemocrático. Nada casual, nem inédito, fatos correntes foram assolando nossa democracia representativa e permitindo a conquista e controle do espaço público de forma caótica, tendo como campos principais de atuação a disseminação exponencial de notícias falsas e o arresto das afeições.

2 INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA: desinformação e sequestro afetivo

A partir do exposto na seção anterior, infere-se que o *bolsonarismo* reprocessou com presteza os próprios elementos que o forjaram e, assim, avançou sobre o ideário de muitos brasileiros. Com precisão cirúrgica (linguagem, cálculo, postulado e método), explorou o contexto de esgotamento político-econômico e de acirramento de contradições sociais internas (face às crises conexas e à consequente precarização da qualidade de vida da maioria da população) para inflamar ruas e redes e, assim, interferir na dinâmica sociopolítica local. De maneira diligente, com o propósito de acesso e conquista à ‘situação’, recorreu à manipulação de afeições (notadamente, os ditos “afetos tristes”) como forma de desestabilizar o vulnerável sistema político vigente (em particular, criminalizar a política para enfrentar e destruir o Partido dos Trabalhadores, na engenharia institucional e no seio das massas), ganhar respaldo popular, ocupar e controlar a máquina pública.

Nesta segunda parte, portanto, discute-se como a investida neoconservadora teve êxito ao recorrer a meios e métodos comunicacionais e ao movediço terreno das afeições identitárias como armas centrais às disputas políticas em voga - dos incontáveis surtos de ‘desgovernabilidade’ dos executivos centro-democráticos (no pleito parlamentar e no sistema jurídico) ao âmago da sociedade -. Para tanto, apoiou-se em duas estratégias profundamente relacionadas:

¹⁵ As redes digitais surgem em meados dos 90’ e se popularizam nos anos 2000. No Brasil seu uso se generaliza em 2010, face à difusão de computadores e *smartphones*, junto à consolidação do Facebook. A partir daí, expandem-se em dimensões epidêmicas, em especial graças ao WhatsApp, popularizado em 2011, ocupando distintas esferas da vida social (política, cultural, ideológica, comportamental, dentre outras).

¹⁶ Como veremos mais à frente, em deslocamento à radicalização, encamparam a defesa e promoção de práticas antidemocráticas, o ataque aos Poderes e às instituições, a narrativa antissistema, o ecossistema comunicacional desinformativo, a retórica fundamentalista religiosa, o apelo afetivo, a manipulação de símbolos e de lemas nacionais e a amplificação de pânicos morais.

um potente e disruptivo processo de digitalização da (des)informação, que levou à construção e autonomização de uma *midiosfera digital metapolítica*; uma *linguagem emotiva e apelativa* usada e abusada à serviço da instrumentalização política, que atingiu diversos e distintos segmentos sociais. Ambos os instrumentos foram decisivos à perda de confiança nas institucionalidades democráticas, notadamente nas regras da convivência republicana, bem como à contestação social via novos protestos e ameaças que esgarçaram mais ainda o debilitado corpo social brasileiro.

Em resumo, como veremos, travou-se uma verdadeira luta agônica em nossa sociedade que incidiu direta e certamente sobre o terreno dos afetos. Afinal, é neste campo que se joga para disputar “corações e mentes” em relação a complexas questões que decidem os destinos de um Estado, um povo, uma nação.

2.1 MEIOS, MÉTODOS E MANIPULAÇÕES: acesso ao poder e pujança bolsonarista

Ao longo dos últimos dez anos, o projeto neoconservador brasileiro foi angariando recursos materiais e simbólicos com planejamento e cadeia de comando. Neste curso, conseguiu imobilizar a direita oligárquica nacional e preencher fissuras abertas pelas mazelas econômicas e político-institucionais vigentes. Iniciada de forma ‘intimista’, a iniciativa deslocou-se de silenciosos pactos e astúcias previamente traçados por Jair Bolsonaro - desde sua tentativa de ganhar a Presidência da Câmara, em 2011; passando pela criação de página no Facebook à sustentação de sua retórica antissistema e antipolítica, em 2013; por seu minimalista lançamento à presidência, na Academia Militar, em 2014; e por sua consagração como deputado federal mais votado à época -, ao incontrolável subterrâneo das redes por onde se constituiu a movimentação bolsonarista. Em tal contexto, asseguraram o controle e uso de novas tecnologias digitais e a ocupação de novos ambientes públicos (redes e ruas) como ponta de lança ao projeto de tomada do poder e transformação social.

A estratégia principal foi controlar a narrativa e ocupar os espaços físico (ruas) e virtual (redes sociais digitais), transformando-se de uma caricata investida política inicial a um movimento de massas expressivo (Safatle, 2023a e b)¹⁷. Em particular, a investida ganhou vulto e força exponencial ao explorar a verve ‘lavajatista’, face ao apoio de agentes e agências sociais específicas (militares, agronegócio, empreendedores, empresários, conservadores cristãos e extremistas); bem como, ao servir-se destes extraordinários ambientes e novas engenharias de comunicação para garantir agenciamento e respaldo popular. Todavia, se de um lado o Movimento gerado¹⁸ foi fomentado “em laboratório”, com base em agenciamento tecnológico digital; de outro, apoiou-se na forte adesão e identificação de parte da população brasileira às mensagens simplificadas e naturalizadas nas redes. Afinal, uma parcela ávida por se pronunciar e defender suas formas de ver e estar no mundo (‘identidades’) se colocaram mais além das questões político-partidárias em disputa, contribuindo para que o projeto neopopulista se embrenhasse por fisgas e canais abertos por um eficaz confisco das emoções.

Midiosfera Digital e Metapolítica

O citado ecossistema digital construiu e consolidou algo potente e aterrador: a *midiosfera extremista*¹⁹, que, com linguagem própria (*retórica do ódio*), alimentou maquiavélica máquina de disseminação de *fake news* e abusou de performances e tecnologias informacionais de massas. As novas ferramentas e estratégias comunicacionais

¹⁷ SAFATLE, Vladimir (2023a). “A insurreição da Extrema-direita”, in <https://aterraeredonda.com.br/a-insurreicao-da-extrema-direita/>; (2023b). “Como não deixar a democracia morrer | BRASIL NO DIVÃ”, Ep. 2, in <https://www.youtube.com/watch?v=sTroq8x8YY8>

¹⁸ O Movimento Bolsonarista que, segundo Castro Rocha, atualiza e produz uma racionalidade singular, estruturada pela lógica militar conservadora, hierárquica e autocrática, que se funda (i) na ‘insensata’ tradução da Doutrina de Segurança Nacional - DSN, baseada na identificação e eliminação do inimigo; (ii) no projeto de retomada do poder das Forças Armadas, conforme o pensamento codificado no livro ORVIL, que reinterpreta de forma inversa o período mais autoritário da ditadura civil-militar pós-64, exaltando uma suposta ameaça comunista global; e (iii) na linguagem própria, a ‘retórica do ódio’ (*id. ibid.*, 54-61).

¹⁹ Castro Rocha define a *midiosfera* digital como um sistema informacional dotado de intensidade interna, imune à verificação e críticas externas, baseado em elementos e estratégias de horizontalização e verticalização, de acessibilidade ampla, mas restrita produção de conteúdo. Um ambiente composto por: i. correntes de WhatsApp; ii. circuito integrado de canais do YouTube; iii. redes sociais; iv. aplicativos, como TV Bolsonaro; e v. ‘mídia amiga’, tipo Jovem Pan (*id. ibid.*, 33-4). Adiciono aqui outra característica crucial de tal *midiosfera*, pouco discutida, que é sua dimensão ‘metapolítica’.

asseguraram o engajamento virtual como porta de entrada às ruas e consagraram o ambiente virtual como principal arena às disputas políticas e ideológicas. Mais ainda, promoveram e alimentaram cisões e adversidades tóxicas que resultaram em incompatibilidades forjadas e em banalizada ‘desumanização da alteridade’. Uma luta radical contra ‘estratégicos inimigos imaginários’ que tornaram difícil e pouco desejada a troca de artefatos, ideias e sentimentos entre sujeitos e grupos que pertenciam a diferentes ‘linhagens’ e ‘filiações’. Porém, pessoas e coletivos que inevitavelmente compartilham as mesmas circunstâncias de tempo e espaço (como mínimo).

Um *modus operandi* que ampliou seu próprio poder de mediação ao rebaixar e reduzir a comunicação e o debate político. Em especial, destacamos aqui, o fenômeno da *digitalização da esfera pública* e a consequente configuração da referida *midiosfera* fizeram com que a própria estrutura comunicacional produzisse efeitos que foram além dos almejados resultados políticos iniciais, configurando uma *esfera metapolítica*. Em movimento próprio, extrapolando propósitos políticos imediatos, foi virado pelo avesso todo um *know-how* comunicacional acumulado; ou seja, foram colocados de ponta-à-cabeça consagrados modos de fazer, bases e meios do processo comunicativo. De início, fomos pegos de surpresa porque não estávamos preparados para isso.

Num “jogo sujo”, recorreu-se a procedimentos técnicos discutíveis como descontextualização e ressignificação de mensagem, inversão temática e imagética, cacofonia e caos intencional, customização de dados de usuários e expansão logarítmica. Uma série de instrumentos arremessaram de maneira simultânea e veloz um corpo de notícias falsas, replicadas via exponenciais compartilhamentos (inteligências artificiais, *deepfakes*, câmaras de eco, *looping*, *buzzs*, *boots*, dentre outros). Dentre muitas “perdas e danos”, promoveram-se questões que foram tratadas de forma falaciosa e fugaz, amparados nestas novas tecnologias e linguagens comunicacionais, que atingiram diversos espaços da esfera pública (e doméstica) e alcançaram amplas mediações. E, assim, concorreram efetivamente à erosão da rede de sociabilidade positiva, salutar e necessária à convivência democrática. Esta, como sabemos, tem como prerrogativa máxima a abertura individual e coletiva às possibilidades de convivência social baseada em consensos, pluralismos e diversidades.

Na busca por compreender a lógica operativa desse sistema, vem à cabeça a imagem de uma centopeia. No projeto de assalto ao poder e controle social dissimulado, aplicaram meios, modos e métodos que configuraram um perigoso ecossistema virtual; um ambiente incontrolável que se forma, autoalimenta e transforma, de maneira semelhante ao modo de funcionamento de algo bastante peculiar - porém de outro estatuto - que foi caracterizado por Muniz Sodré (*id. ibid.*): o poder do privilégio branco (*leucocracia*) operante em nossa sociedade; dito melhor, o direito e distinção ‘branca’, socialmente hegemônicos. Uma supremacia que se organiza em três sistemas de inscrição concorrentes: um saber que *descreve*, por exemplo, saberes, textos e propagandas; um poder que *prescreve*, como leis, decretos, medidas; e as massas que *transcrevem*, atualizando e reproduzindo rumores via senso comum (*id. Ibidem*, 22).

Numa apropriação livre e incipiente (porque precisa ser mais e mais bem refletida) de sua sofisticada caracterização, penso que a nova esfera pública, onde hoje opera e circula a informação, açambarca as mesmas dimensões que ainda não têm sido devidamente compreendidas, a meu ver, operada por um conjunto de organizações e pessoas quase sempre invisíveis e de materialidade dispersa. Em sua forma de ser e agir, como ponto de partida, publica-se uma *descrição avaliativa* do que está ocorrendo em dado entorno, direcionando tópicos, temas e argumentos. De maneira explícita, ou não, realiza-se uma *prescrição funcional* dirigida a comportamentos e condutas passíveis de desempenho. Por fim, arrisca-se uma *transcrição livre e corriqueira* (na esfera da vida ‘ordinária’) que ganha contornos e velocidades próprias, desviando-se de dado lugar de origem. Os deslocamentos derivados configuram uma meta-esfera de atuação; neste sinuoso movimento, o que era originariamente político, por exemplo, adquire outras dimensões, mais além da política.

A meu ver, a lógica e potência de tal dinâmica explica parcialmente como uma fração significativa do país e de suas instituições políticas e sociais foram se radicalizando em “divisões calcificadas”, assentadas inicialmente em depreciação e demonização político-partidárias e em reduzida identificação e empatia para com aqueles que estivessem fora do próprio ‘cercado’. E, mais ainda, termina por ultrapassar tais esferas e configurar formas e modelos de ver e estar no mundo, no limite, hoje incomunicáveis.

Ocupação do Poder

Embora Bolsonaro e seus partidários representem um nicho no poder, e não uma força hegemônica na política nacional, sem delongas, deram clareza àquilo que já existia em nossa *forma* e prática sociais, histórica e culturalmente falando. Mais ainda, deram corpo, unidade e voz àqueles, seus apoiadores, que antes não tinham e, assim,

incrementaram a referida dimensão 'metapolítica'. Deste modo vingou o 'projeto bolsonarista' e a eleição do 'capitão'; a partir do controle das instituições de Estado foi se avançando na pilhagem, exploração, burla, hostilização e maltrato de nossa República e população. Num paradoxo aparente, em nome de uma maquiada 'ordem cívica', ao largo de sua gestão, a máquina bolsonarista imprimiu ações autocráticas que promoveram muita 'desordem social' - desmonte de políticas públicas, supressão de direitos, fundamentalismos morais, ameaça de golpes, repressão policial, armamento de grupos, perseguição e criminalização de pessoas e coletivos e acordos com poderes paralelos, extermínio real e simbólico de opositores etc. -. Capitaneando uma pauta moral (uma retropia) e executando um conjunto de medidas reacionárias e antidemocráticas cumpriu-se uma agenda na qual o povo brasileiro foi cotidianamente, mais uma vez, enquadrado como "caso de polícia". Um *modus operandi* nutrido pelo caos, medo e rancor, gerador e disseminador de ameaças, violências concretas e falsas promessas e esperanças, conforme apontaremos a seguir.

Nesta dinâmica, o projeto ultrapassou disputas partidárias (política) e se deslocou de uma influência alternativa para uma posição visceral e violentamente combativa, criando uma verdadeira xenofobia interna, marcada por ódio e intolerância a tudo e todos que não seja 'espelho' ('metapolítica'). Não se trata de falta de vergonha (alheia) e humanidade, nem de ignorância, a 'adesão bolsonarista' se estabeleceu via discursos, práticas e filiações variadas, inclusive paradoxalmente antagônicas. Para tanto, foram provocadas e promovidas muitas desordens e instabilidades através da captação e utilização de emoções elementares. Como vimos, em perspectiva de longa duração, nosso 'novo' autoritarismo encarnou híbrido traço cultural e embaralhou a história nacional. Um projeto ultradireitista que conquistou tanto as camadas hegemônicas e médias quanto as classes média-baixa e popular, consagrando uma forma de fazer política típica do tempo-presente, embora não seja necessariamente uma 'novidade de época'.

Dentre muitas consequências, a 'nova' investida autoritária anulou uma orgulhosa imagem de brasilidade. Para nós mesmos e para o mundo, passamos a ser tipo-ideal e caricatura do extremismo de direita. Sem porteiras, mostramos o lado feio de nossa 'cara', pois Bolsonaro e *bolsonarismos* não "caíram do céu". Desde então, narrativas e imagens neofascistas mostram-se cada vez mais fortes e em expansão, naturalizadas na sociedade e na política (normatizadas?). Longe de estar derrotada, esta movimentação requer atenção dobrada. Afinal, movimentos de massa vão além de seus protagonistas, podendo inclusive devorá-los. Triste fase que se apoderou de todo o arcabouço do Estado brasileiro e da Sociedade e que, de forma 'dissonante', transformou as pessoas em seus próprios algozes ao incitar parte da população a jogar a favor de uma engenharia destrutiva e contra si própria.

Afinal de contas, trágico processo contrarrevolucionário cujo único préstimo foi desnudar marcas e limites de nossa institucionalidade democrática e dos poderes instituídos. Mostra-se assim nossa duvidosa cara em nome de uma 'sociedade da ordem' na qual grupos minoritários mobilizados assumem o perigoso papel de 'milícias-de-Estado' (Safatle, 2023a; C. Rocha, *id. ibid.*).

2.2 GATILHO DOS AFETOS: manipulação e engajamento identitário

No projeto neopopulista foi imprescindível a estruturação de uma linguagem que captasse e agregasse reações. Muitos estudos e dados indicam a locução afetiva e apelativa como retórica geradora de identificação imediata da pessoa com a mensagem. Mais além de materialidades fáticas, em termos simbólicos, o campo dos afetos nutriu disposições, práticas e representações de diversos sujeitos e coletivos sociais, menos ou mais afinados com ideários antidemocráticos. De forma trágica, tal dinâmica esclarece como nossa sociedade (e outras), pretensamente republicana, coabita com as formas profascistas que nos cercam desde sempre. E, mais, que hoje, como nunca, produzem calcificadas cisões e espúrios rendimentos políticos.

De maneira superlativa, foram realizadas manipulações afetivas que exploraram e espalharam pânico, desesperanças e frustrações subjetivas. Sentimentos que deram impulso e liga ao direcionamento de vontades individuais e coletivas, segundo interesses fisiológicos e ideológicos. De forma adjuntiva este conjunto de afetos ambivalentes, próprio de nossa sociedade hierárquica, atravessou diferencialmente vários segmentos sociais atuando como "moeda de troca" no jogo político brasileiro. No fim, disperso e difuso medo, letárgico desencantamento e raiva social acumulados foram instrumentos às 'novas' contranarrativas políticas (Solano, 2019; Miguel, 2018).

Normatização Antidemocrática

Paradoxos, impasses, desordens produzidos, mediados e potencializados no incontrolável ambiente das mídias e redes digitais. Esse imbricado fluxo de ressurgimento e revitalização de forças políticas autoritárias não se inicia e nem conclui com o fim da 'Era Temer-Bolsonaro', mas recai sobre 'velhas' disputas políticas e ideológicas (internas e externas). Logo, nada de surpresas, Bolsonaro e 'bolsonaristas' são filhos, hoje parcialmente renegados (inclusive por parte de antigos apoiadores), de complexos deslocamentos políticos internos, no bojo da orientação neoconservadora global, no quintal de nossa casa. De forma caleidoscópica, a partir 'dele e dos seus' assistimos a muitos deslocamentos (dos reais aos virtuais) que configuram hoje o maior e mais preocupante desafio às regras de nosso jogo democrático. Desde então, pagamos um preço altíssimo diante de um Brasil esgarçado por conflitos e contradições internas de muitas ordens; das econômicas (estagnação econômica, desindustrialização, inflação, privatização, desemprego, pobreza e fome), às sociopolíticas e existenciais (fundamentalismos morais, negacionismos, desequilíbrio de Poderes, cerceamento do Executivo e empoderamento do Legislativo, fisiologismos políticos, superexploração laboral e violações de direitos).

Um contexto atravessado pela perversa institucionalização de um 'novo-normal' resultante da banalização dos conflitos, do ódio e da violência, junto à sistemática destruição objetiva e simbólica de pessoas, instituições e conquistas tão caras à nossa Democracia em construção. Num ecossistema peculiar, cínica e perversamente, reimprimiu-se disputa de narrativas e versões com linguagem própria (a *retórica do ódio*) que procuraram, a todo preço, frear e emperrar o relativo avanço de nossas forças progressivas, acumulado em gestões anteriores, desde nossa redemocratização. Uma movimentação disruptiva que inibiu anos de muita luta social, vontade política e compromisso de tantos em elaborar, implementar e defender políticas sociais inclusivas. Triste e tragicamente, como pontua C. Rocha, configurou-se em (contra)movimento popular que se deslocou da risível e caricata *dissonância cognitiva coletiva*²⁰ inicial ao nefasto *terrorismo doméstico*²¹, em escalada inimaginável. Em consonância com a ordem antidemocrática global, assistimos à perigosa naturalização de práticas, políticas e retóricas que impactam e ameaçam as regras instituídas do jogo democrático.

Como apontamos, essa investida arrasadora recaiu sobre sujeitos, grupos, Estado e instituições brasileiras e revirou tudo e todos pelo avesso, indo além do campo político-partidário. Conforme sublinha C. Rocha, afora pedagogias de desumanização do outro e retóricas de ódio, gerou e promoveu um modelo exitoso de negócio ("lacre, *like*, lucro"), baseado em ampla capacidade de mediação, radicalização narrativa, rapidez, difusão meteórica e truculência - como atesta a cronologia do fracassado autogolpe, em janeiro de 2023²² -. Como bem demarca, assistimos à passagem da disputa de narrativa como estratégia de ocupação territorial à *guerra cultural*²³ como 'forma de vida'. Dito melhor, presenciemos a emergência e naturalização de um etos autoritário, tipo 'seita religiosa', que tem sido retroalimentado pela referida *dissonância cognitiva coletiva*, diretamente associada à *midiosfera digital extremista* (*id. ibid.*, 43), e que ultrapassa os interesses políticos e partidários iniciais. Portanto, configurando um novo plano, metapolítico, a tecnologia comunicacional 'revolucionária' utilizada capturou "corações e mentes" e produziu servidões mais ou menos voluntárias que incidiram direta e certamente sobre o campo das afeições, conforme abaixo verificaremos.

²⁰ Castro Rocha amplia o conceito original de *dissonância cognitiva* de Leon Festinger (1957) para elaborar a categoria *dissonância cognitiva coletiva* - DCC. Discrepância que a nível representacional e atitudinal combina distintas matrizes e referências ideológicas, muitas vezes antagônicas. Segundo ele, um processo forjado pelo/no ecossistema de desinformação da referida *midiosfera extremista* que alude ao desconforto subjetivo causado pela consciência da distância entre crenças e comportamentos. Sensação que ultrapassa o plano individual e se dá na arena pública, pois reúne milhares pessoas conectadas em redes sociais, o tempo todo e diariamente, cravada na vida cotidiana (*id. ibid.*, 37 e 86).

²¹ Segundo o estudioso, a extrema direita bolsonarista abandonou parcialmente a narrativa da *guerra cultural* e apostou no confronto real que se realiza de várias formas (desde o assédio e constrangimento de pessoas, figuras públicas e políticas, ao ataque direto às instituições e poderes constituídos).

²² Em 30/10, a Polícia Rodoviária Federal realizou operações de checagem nas estradas, especialmente no Nordeste; em 31/10, os bloqueios violentos das estradas em todo o país; em 04/11, as manifestações golpistas; em 12/12, a invasão da sede da Polícia Federal e queima de ônibus; em 24/12, o planejamento e execução malograda do atentado no aeroporto de DF; em 08/01, a invasão e depredação da sede dos 3 Poderes (C. Rocha, *id. ibid.*, 39-41).

²³ Castro Rocha conceitua *guerra cultural* como uma matriz de produção em série de narrativas polarizadoras que implode as bases do sistema representativo, historicamente ancorado em complexas mediações entre Poder e Cidadania, Estado e Sociedade. Centrada na pauta dos costumes, tal 'guerra' tornou-se a mais eficaz máquina eleitoral do séc. XXI. Negando a dinâmica democrática formal, paradoxalmente, recorre a mesma para conquistar poder. Porém, via engajamento nas redes, reduz a política à imagem do indivíduo, descolado de sua coletividade. E mais, sua pauta dos costumes despoltiza a *pólis*, limitada a cardápios moralistas (*id. ibid.*, 19-20).

Medos, Ressentimentos e Desesperanças

A exploração do medo foi via principal à disseminação do projeto político neoconservador; um medo fomentado e que se transformaria em ódio e em demanda por soluções autoritárias. Uma necessidade de comando que possibilitaria mais manejo emocional frente a receios difusos, captados e reprocessados de forma multidimensional. Um caldo efervescente que propiciou o controle social pelo medo e a incitação ao ódio, configurando uma linguagem própria e potente ao plano autocrático. Face às potencialidades de tal sentimento, cabe sublinhar, porém, certas diferenças e ambiguidades afetivas nele contidas.

Nos grupos dominantes e nas camadas médias tradicionais foi metodicamente explorado um ‘medo induzido’, encarnado em ameaças objetivas e subjetivas às suas posições de prestígio. Parte de nossas elites materiais e simbólicas deram passagem e permitiram Bolsonaro no poder face às ameaças e mal-estares provocados por tímidas políticas redistributivas progressistas e pelo velho ‘medo da diferença’, da violência e da insurreição da base. Como sabemos, grande fração deles são os representantes e responsáveis por difundir uma forma autoritária de pensar, agir e interagir na vida social. Conduta atávica cultivada em inúmeras experiências de mando e privilégios e resultado do medo visceral em relação a dadas ‘alteridades intrusivas’ - aqueles que fogem ao ‘normal-padronizado’ -, pois tais dinâmicas nos espreitam desde sempre (Muniz Sodré, *id. ibid.*).

Cabe sublinhar também a particularidade de tais dimensões (medo e ordem) na experiência e no universo representacional das classes populares. Em primeiro plano, seus membros portam um receio crescente de que o aumento da violência e insegurança pública geral recaiam diretamente sobre eles. Dito melhor, seus representantes têm consciência de que eles (periféricos, pobres, negros, mulheres, população LGBTQI+ etc.) serão os alvos e vítimas preferenciais de tais processos. Em segundo, parte deles manifesta um clamor por controle social e disciplinamento moral face à certeza de que sobre eles e suas famílias incidem constantes ameaças de ‘desvio’, condenando-os a uma ‘passiva posição reativa’; ou, talvez, a um ‘radicalismo de condutas’. Como dito, Jessé Souza (*id. ibid.*) aponta que uma cisão interna nestas classes separou radicalmente pessoas e grupos que portam uma experiência comum de exclusão, impedindo que entre eles haja identificação e solidariedade interna. Todavia, se pelo medo se domina e preserva determinado estado de coisa, o ‘domínio’ dele promove transformações socioculturais concretas que representam avanços de pautas sociais inclusivas. Afinal, quando já “não temos nada a perder” tudo pode mudar (Muniz Sodré, *id. ibid.*; Jarrín, 2022). O medo da ‘perda-de-medo’ por parte de muitos; em especial aqueles apartados socialmente, paradoxalmente, favoreceria um engajamento reativo de ‘outros’.

Junto à movimentação das camadas médias (inflamada pelo ódio fabricado, pela quebra de expectativas de melhorias sociais, pelo sentimento de traição e demérito em relação aos gestores políticos e por fantasmas históricos), na ambiência das classes populares (segmentos médios e baixos) a tomada de “corações e mentes” ocorreu pela manipulação de outras ameaças e pavores imprecisos. Além da frustração e ressentimento com os limites de uma inclusão efetiva, afeições atreladas artificialmente a fundamentalismos moral-religiosos (pauta dos costumes) e à demanda coletiva por ‘ordem’ (mediante insurgências e força propositiva de ‘alteridades-desafiantes’), face às crescentes insegurança pública e à luta por voz e direitos (Jarrín, *id. ibid.*). Tal dinâmica incidiu sobre muitos ressentimentos, insatisfações e descontentamentos gerais; em especial, face ao descumprimento de promessas de inclusão social dos governos democrático-progressistas. Sensações e desencantos existenciais retroalimentados por dinâmicas socialmente disruptivas (de ordem material e/ou simbólica) atingiram diretamente uma invisibilizada dimensão da *dignidade*²⁴, presente na experiência social de nossas ‘ressentidas’ classes populares (pessoal e coletivamente).

Essa instrumentalização das emoções conectaria em cadência outros afetos mórbidos, e muitas “misérias afetivas”, que explorariam e promoveriam novos fluxos sociopolíticos (Gouveia, 2022). Uma cesta de afetos composta por diversos ingredientes amplificados (pânico, perigo, risco, perda de autoridade, vulnerabilidade, baixa estima, desilusão, raiva, inveja, desdenho, desinteresse, impotência, decepção e depressão) que alimentaram e reconfiguraram processos e movimentos de grande impacto político-social. Ao final, um revanchismo classista e um

²⁴ Uma crítica potente de Jessé Souza (*id. ibid.*), sobre os elementos performativos dos grupos e classes sociais (que retornaremos na seguinte terceira parte), é retomada por Muniz Sodré ao pontuar que a dimensão da *dignidade* em Kant está baseada em duas outras características da experiência humana: a liberdade e a razão, sublinhando a *dignidade* como ‘valor interior’ pertinente a todos, capaz de gerar o elementar e necessário respeito a si mesmo. Valor ético que orienta nossa relação e reflexividade com o ‘outro’ (*id. ibid.*, 83).

ressentimento popular foram motes à desesperança generalizada que se converte em indignação e raiva efetivas. Aqui, ao invés da vergonha de um ou outro 'lugar de fala', transformou-se em mote ao engajamento e mobilização coletiva, presencial ou virtual, de representantes expressivos da sociedade brasileira.

Aquém e além das afinidades afetivas, tais processos ganharam velhas e novas materialidades: a criação de inimigos quixotescos (bodes-expiatórios), o recrudescimento autoritário pelas tessituras militares e desventuras antidemocráticas, a ocupação da máquina pública por contrapoderes, a caução de movimentos extremistas, com vistas a derrubar governos e instituições e o cego e resiliente apoio à Bolsonaro e seus asseclas como uma esperança possível, por parcelas expressivas de nosso corpo social - mesmo passado o tempo das eleições, mesmo diante de tantas revelações (não convicções, mas realidades fáticas) que deveriam desmascarar o 'mito' e a 'lógica' bolsonaristas -. Portanto, mesmo após seu ator principal ser derrotado eleitoralmente, o *bolsonarismo* hoje se mostra relativamente vitorioso.

Guerra Cultural e Manipulação

Com o auxílio de interesses externos, articulando crises econômicas, derrotas da base governamental e contestação popular, produziram-se desvios politicamente direcionados e ideologicamente sustentados por moralismos políticos e fundamentalismos religiosos (conservadorismo de costumes) que têm custado muito caro ao país e ao seu povo. Esses procedimentos e dinâmicas evidenciam a potência do agenciamento tecnológico comunicacional e da escalada extremista como elementos explicativos do nada confortável traslado da *guerra cultural* de antes ao *terrorismo doméstico* de hoje, conforme pontua C. Rocha (*id. ibid.*). Ele esclarece que a *guerra cultural* bolsonarista criou um "Brasil paralelo" que segue vivo, numa via democraticamente incomunicável, baseado em interpretação profundamente equivocada da experiência político-social e histórica do país (revisonismo e negacionismo). Segundo sua pesquisa, recorreu-se a um arsenal de narrativas polarizadoras (*kit-gay*, mamadeira erótica, ideologia de gênero, ameaça comunista), em grande velocidade e extensão, que concorreu à emergência e ao fortalecimento do *bolsonarismo*, como vimos, assentado em um processo deliberado e sistemático de desinformação (retórica do ódio e fake news). Um projeto de ascensão e ocupação do poder que produziu efeitos eleitorais similares às fraudes históricas, do voto de cabresto às adulterações nas urnas (*id. ibid.*, 22). Mais ainda, um fenômeno político que realizou uma verdadeira cruzada do 'bem' contra o 'mal', cuja estratégia central foi o combate nos domínios da cultura, artes e educação. Pontua que se na ditadura civil-militar de 1964 os alvos da investida autoritária foram os corpos individuais, tombados ou mutilados na repressão, na guerra bolsonarista o ataque direto incidiu sobre as instituições, em especial, as universidades e organizações culturais (*id. ibid.*, 48-51).

Toda essa urdidura moral-afetiva construída ajuda-nos a compreender como parte expressiva do Brasil foi levada, em relativo curto espaço de tempo, à histeria e radicalização antidemocrática coletiva - das primeiras polarizações sobre valores (gênero e religião), às calcificadas disputas de formas de ver e agir no mundo -. Por fim, como pontuado por muitos, neste contexto, as investidas à conquista e saqueio da máquina pública usaram remédios caducados como solução aos múltiplos processos disruptivos, desde muito, presentes em nosso Estado e Sociedade (L. Secco, *id. ibid.*; C. Rocha, *id. ibid.*; J. Souza, *id. ibid.*, dentre outros), encampando discursos e dinâmicas que fabricaram e promoveram fragmentações, rupturas e faturamentos de muitas ordens, conforme discutiremos a seguir.

3 FRATURAS E DIVIDENDOS POLÍTICOS: bases populares e antipetismo

Entre crises e ameaças concretas e imaginárias, nestas duas décadas do corrente século o projeto ultraconservador foi ganhando espaço e força inimagináveis. Como demonstrado, fantasmas do passado mostram como Estados, instituições, pessoas e grupos, face a adversidades, conflitos e instabilidades, tiram proveito do fluxo de tensões sistêmicas que ameaçam a intrinsecamente instável coesão social. Junto ao crescimento mundial da Extrema Direita (ED), há muito assistimos querelas, dissensões e dissidências políticas, que estão por trás do recrudescimento das forças antidemocráticas nacionais. Sem dúvida, um movimento afinado ao contexto externo mais amplo, porém com forte tonalidade local. No projeto neopopulista no Brasil, como em outros lugares, a investida básica recaiu sobre a negação e a criminalização da política; embora saibamos (desde a antiguidade clássica) ser tal esfera - hoje tão achacada e cada vez mais denegada - o único espaço efetivo de mediação de conflitos sociais.

Desde o processo de redemocratização do país (1985), nossas divisões político-partidárias não haviam gerado partições irreconciliáveis no seio da sociedade, num arco tão abrangente - das frações partidárias (petistas e tucanos), das cisões sociais (onde critérios como classe, idade, região, renda, escolaridade, padrão de consumo, dentre outros, fazem recortes eleitorais) até às preliminares polarizações morais (gênero e religião) -. Todavia, hoje assistimos ao crescimento incontrolável de dissensões radicalizadas que alimentam e realimentam-se de perversa dinâmica - peculiar à nossa formação e desenvolvimento histórico - que esgarçam e fraturam as bases de nosso tecido social. Com o objetivo de assalto e conquista do poder, no Brasil dos últimos sete anos, legislando em causa própria, uma retórica antipolítica promoveu criminalização político-partidária e perda de confiança em pessoas e instituições, canalizando confrontos e insatisfações genuínas à captura de afetos disruptivos e ao mascaramento de desigualdades sociais aviltantes.

No curso de tal projeto, todavia, “havia uma pedra no meio do caminho”; o Partido dos Trabalhadores e sua arraigada base popular. É precisamente a organicidade do vínculo do Partido dos Trabalhadores com suas bases que explica, em parte, por que desde sua primeira gestão presidencial (2002) o Partido tornou-se alvo à oposição de setores políticos, tradicionais e emergentes, e, igualmente, de elites locais, econômicas e simbólicas. Em particular, convertido a ponto de mira do proposta neopopulista, não seriam poupados esforços, meios e estratégias para criminalizar o PT.

Com vista a compreender tal processo, nesta terceira seção contextualiza-se um metodicamente planejado processo de criminalização da política e de investida antissistema através da quebra de hegemonia e demonização do Partido dos Trabalhadores e do ataque às instituições e agendas democráticas vigentes. Uma compreensão que busca situar o lugar do PT no coração do povo trabalhador - pobre, simples, preto, nordestino, periférico -, cujos sentidos subjacentes extrapolam aspectos pragmáticos, burocracias, críticas e dissidências partidárias. Para tanto, primeiro, faz-se uma releitura de atributos de classe que incidem sobre uma ‘dimensão da dignidade’ e uma ‘experiência moral da pobreza’. Em seguida, percorrendo esferas políticas e metapolíticas, apreende-se os ataques material e simbólico ao referido Partido (antipetismo) como uma condição ao êxito do projeto político em curso.

No fim de contas, lançando mão de muita burla e artimanha foi possível lograr a imputação política seletiva impiedosamente realizada. Uma estratégia impecável, responsável, em grande parte, por levar Bolsonaro e ‘bolsonaristas’ ao sequestro de corações e mentes de parte da população - notadamente, de nosso povo excluído, sofrido e humilhado -; e, logo, conquistar o poder e, conseqüentemente, confiscar a máquina pública e inviabilizar a vida republicana.

3.1 IDENTIDADE DE CLASSE E PARTIDO DOS TRABALHADORES: classificações e representações

A História nos ensina que os principais problemas e mazelas do Brasil têm origem na longa duração, do posicionamento subordinado à ordem internacional à configuração de uma sociedade profundamente autoritária e desigual, atravessada por hierarquias de muitas faces - sobretudo, as de classe, raça, gênero e regionais -. Como tão bem elucidada Muniz Sodré (*id. ibid.*), fundado em nosso passado escravocrata, modelamos uma *forma social* específica (escravista)²⁵ que se situa muito além da óbvia dimensão econômica. Nela, o racismo torna-se mecanismo organizador de outras instituições, presente e potente ao longo de toda formação histórica brasileira²⁶. Logo, encarnado na experiência cultural do povo brasileiro, aquém de racionalidades econômicas e políticas, nosso racismo, mais ou menos encoberto, conforma um sistema de discriminação, desigualdade e injustiça sociais, altamente potente e perverso, que se sobrepõe a outras formas de marginalização histórica das classes subalternas.

Um passado hierárquico que se atualiza, sobretudo, na forma como se vê, se trata e se relaciona com os grupos populares. Afinal, no tempo presente, nossa escravidão e racismo manifestam-se na marginalização e exclusão de tais segmentos, na conversão dos setores médios aos interesses das elites mandatárias e no *senhorialismo* que caracteriza estes extratos (Souza, *id. ibid.*). De infinitas formas, no limite, um tempo circular que formata nosso etos

²⁵ Muniz Sodré (*id. ibid.*) define a *forma social escravista* como estruturante da sociedade brasileira nascida no ordenamento escravocrata, mas que permaneceu e se atualizou na sociedade pós-escravista, caracterizada pelo mascaramento e negação desse sistema que a forja.

²⁶ Segundo M. Sodré (*id. ibid.*), fruto de uma *síntese social* singular, somos uma sociedade dependente e profundamente classista, racista e sexista, inteiramente estruturada em termos político-econômicos e socioculturais por heranças do sistema escravista (dominação, violência, submissão, desigualdade e discriminação) que se atualizam num tempo quase circular. Este, mesmo formal e tardiamente abolido, se perpetuou e remodelou em muitos processos.

autoritário, arbitrário e violento, cuja gênese está no legado escravista. Acerca disso, L. Schwartz denuncia esses traços identitários como a ‘cara do Brasil’; uma ‘presença indesejada’ que contrasta com uma autoimagem positiva, de sermos um país e um povo cordatos, herdeiros de suposta *democracia racial*²⁷.

Dentre outras respostas possíveis à denúncia e combate da longa duração de arbitrariedades, violências materiais e simbólicas contra nosso povo, nos anos 80 do século passado, em tempos de luta por redemocratização, emergiu e se consolidou uma entidade de base (porque oriunda majoritariamente de ambientes orgânicos, como o “chão de fábrica” e os movimentos sociais) empenhada em combater este histórico processo de exclusão. Articulando dimensões internas e externas (político-sociais e geopolítico-econômicas), a organização se tornaria a principal força político-partidária do Brasil (e da América Latina): o PT, corporação à frente do combate político-partidário e civil por emancipação política e inclusão social. Um partido ‘dos’ trabalhadores (e não ‘para’ eles), fundado na luta por conquistar uma dignidade elementar àqueles muitos historicamente marginalizados.

Forma Social e Marcadores de Classe

Em relação ao universo representacional dos setores sociais que o Partido dos Trabalhadores representa, compreender sua imbricada dinâmica exige, antes, esclarecer de quem estamos falando quando aludimos às ‘classes populares’. Dito melhor, demanda explicitar como caracterizamos seus representantes - que correspondem a metade da população brasileira, potencialmente apoiadora do PT. Afinal, tais sujeitos constituem a principal força eleitoral do Partido; uma base orgânica, identitária, forjada ao longo de rico processo histórico, sem o artifício das redes de desinformação e retóricas populistas, próprias à *midiosfera neopopulista* de hoje.

Na busca por caracterizar esses grupos, recupero parcialmente as reflexões de Jessé Souza (*id. ibid.*) e Muniz Sodré (*id. ibid.*) que atualizaram, em dimensões diferenciadas, o clássico debate sobre o marcador sociocultural de ‘classes’. Para apresentar a argumentação de J. Souza, retomo minha resenha de seu livro “O Brasil dos Humilhados” (Gouveia, *id. ibid.*)²⁸, no qual realiza uma releitura de autores fundamentais à interpretação do Brasil (nacionais e estrangeiros) e, sobretudo, à renovação da categoria ‘classe social’ fora da insuficiente classificação do nível de renda²⁹. Sua crítica e atualização é retomada por Muniz Sodré, ao discutir a especificidade da ‘forma social brasileira’ como disposição e dispositivo estruturantes de nossas representações sobre os segmentos situados nas bases da pirâmide social.

J. Souza recoloca uma discussão sobre a divisão da sociedade em grupos específicos, com acesso diferenciado às disposições do comportamento prático, pontuando ‘diferencialidades’ que produzem formas próprias de ver, estar e agir no mundo. Na mesma linha de problematização de classe como construção sociocultural, M. Sodré corrobora e amplia o argumento de J. Souza, sobre residir na *escravidão* a semente de toda sociabilidade brasileira. Segundo ele, menos estrutura e mais processo, configura-se uma *forma social* que concorre à reprodução da lógica da subalternidade (*id. ibid.*, 47-8), performativa da ‘classe’. Uma *forma escravista* que reproduz e amoderna as dinâmicas interativas de uma série de elementos discriminatórios, fundada no imaginário da raça, que caracteriza nossas relações interclasses. Portanto, interações diretamente vinculadas a atributos e prerrogativas de ‘classe’.

Habitus Precário e (In)dinidade

No referido trabalho, J. Souza argumenta que nas diversas e distintas sociedades do capitalismo tardio os processos constitutivos das classes sociais são semelhantes. Todavia, uma violência simbólica escamoteia isso ao negar que no Sul Global a dominação social se molda de forma análoga àquelas das Economias Centrais, baseada também em

²⁷ L. Schwarcz pontua que a “ideia da boa mestiçagem como sinal de brasilidade só seria devidamente contestada por F. Fernandes”, quem afirmou ser a intensa desigualdade social aquilo que realmente nos define. Mais ainda, sublinha que “naturalizar desigualdades, evadir-se do passado, é característico de governos autoritários” com o propósito de se autopromover, fomentar o Estado e se manter no poder (2019, 17 - 9).

²⁸ Um texto de circulação interna, dentro do grupo de leitura e reflexão do Núcleo do PT de Barcelona.

²⁹ Segundo IBGE, em 2022, a distribuição da população brasileira por nível de renda: **Classe A:** 2,8% (renda mensal domiciliar superior a R\$ 22 mil); **Classe B:** 13,2% (renda mensal domiciliar entre R\$ 7,1 mil e R\$ 22 mil); **Classe C:** 33,3% (renda mensal domiciliar entre R\$ 2,9 mil e R\$ 7,1 mil); **Classes D/E:** 50,7% (renda mensal domiciliar até R\$ 2,9 mil). Dos 156.454.011 brasileiros aptos a votar em 2022, compareceram nas urnas 118.229.219. Lula teve 49,90% dos votos válidos, 60.345.999 eleitores, majoritariamente pertencentes às classes D e E.

privilégios transmitidos pela socialização familiar (*id. ibid.*, 157-160). Segundo ele, é um processo exemplar 'aqui', mas igualmente presente 'lá', questionando visões naturalizadas sobre singularidades locais, reificadas pela *intelligentsia* nacional (os preconceitos classistas, a toada da corrupção, a exaltação de 'jeitinhos' e 'pessoalidades', por exemplo). Como sublinha Muniz Sodré, tais prerrogativas tanto criam falsos-problemas e falsas-prioridades analíticas e políticas, quanto nos afastam de uma compreensão integralizada sobre nossa experiência social. Assim como Jessé, numa semelhante busca própria por integrar uma perspectiva totalizadora.

J. Souza pontua que "ricos e pobres, todos, possuem formas análogas de classificação e de avaliação e legitimação social. Porém, todas não são iguais, mas semelhantes e diferentes mediante a presença ou ausência de processos históricos de aprendizado coletivo - e não de maldições culturais imutáveis" (*id. ibid.*, 174-9) -; e que, sobretudo, valem mais ou menos socialmente. Por exemplo, "a classe média brasileira, detentora do valioso capital cultural, representa o estrato do trabalho intelectual, por oposição às classes populares, do trabalho manual/braçal" (*id. ibid.*, 163), retomando o conceito de *habitus* de Bourdieu para derivar uma categoria analítica própria: *habitus precário*.

Numa crítica aos limites da reflexão bourdiana, Souza argumenta que uma distinção sutil pelo 'bom gosto' encobre e legitima privilégios injustos, enfatizando que "o acesso a relações sociais privilegiadas só é possível a quem já detém capital econômico e cultural, herdados aprioristicamente" (*id. ibid.*, 164). Assim, põe abaixo a retórica meritocrática tão comum nas representações de nossas elites simbólicas, e mesmo em parte dos setores populares, especialmente aqueles convertidos ao fundamentalismo evangélico. Para ele, Bourdieu desconsiderou "uma hierarquia valorativa que forja a base institucional objetiva, transcultural e transclassista" que atinge 'tudo e todos'. Indo além desta "prisão contextual", reconstrói nossa desigualdade abissal e explícita na existência de "classes sociais globais que compartilham de gênese e de destino social semelhantes" (*id. ibid.*, 173).

Num curso reflexivo peculiar, compreende que "no Brasil, além do gosto, a *distinção* abrange outra dimensão que envolve a *questão da dignidade* e impede a muitos brasileiros o acesso a direitos de cidadania e o respeito mínimo necessário a uma vida digna" (*id. ibid.*, 186). De forma perspicaz, reconstrói uma dimensão identitária, qualificando um *habitus precário* próprio às classes populares "despossuída de atributos cruciais à sociedade moderna, como disciplina, autocontrole (capacidade de concentração) e pensamento prospectivo" (*id. ibid.*, 187). Segundo ele, essa (in)disposição produz uma massa de marginalizados, "abandonados e condenados à barbárie, sob condições capitalistas" (*id. ibid.*, 188), sublinhando que uma "construção social da dignidade, via socialização familiar moderna, incide sobre atributos básicos, futuramente exigidos pelo mercado competitivo e pelo Estado: disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo" (*id. ibid.*, 189-90).

Dessa maneira, ele visualiza uma "linha da dignidade que opera os processos de distinção, apreendendo uma forma mais perversa e aqui predominante: a desumanização e a condenação ao estado de barbárie de quase metade da população brasileira" (*id. ibid.*, 198). Aqueles muitos, "abaixo dos trabalhadores, condenados ao desemprego, subemprego, analfabetismo funcional, humilhação permanente e vida indigna" (*id. ibid.*, 199). Como portadores de *habitus precário*, destaca, nossas 'classes inferiores' não incorporam disposições que performam a dignidade, constituindo-se em seres "desclassificados". Numa sociedade historicamente desigual, pontua, "se luta por distinção, na busca pela autenticidade de uma personalidade sensível" (*id. ibid.*, 200). No "Brasil dos humilhados", portanto, "se luta, principalmente, por 'dignidade', almejando a segurança de uma 'personalidade útil' que garanta o direito elementar de 'ser gente' (*id. ibid.*, 199-201). Ou seja, os muitos que "por não dispor da incorporação de capitais informais socialmente valorizados são mal pagos, exauridos, explorados, diminuídos, reduzidos aos limites do corpo, maltratados, aviltados, condenados a serviços sujos e pesados - notadamente, os homens - e a trabalhos doméstico e sexuais - especialmente, as mulheres -". Logo, sentencia, "não só a 'sensibilidade', mas também a 'dignidade' confirmam classe como construção, e não como algo inato" (*id. ibid.*, 202-4).

Nesta mesma chave reflexiva, Muniz Sodré argumenta que o capitalismo pós-abolicionista brasileiro se alimentou de uma margem estrutural da pobreza, sustentando a hipótese de um racismo socioeconômico: sem reforma agrária, sem direito ao trabalho, sem estrutura político-partidária que regulasse o conflito de classes. Conseqüentemente, destaca, nosso racismo singular, e outras hierarquias, fazem parte da estrutura objetiva das relações políticas e ideológicas do capitalismo moderno e contemporâneo (*id. ibid.*, 55), iluminando aspectos menos explorados sobre a questão racial. Ao discutir a 'libertação degradada' do povo negro, sublinha que o escravo de 'ontem' e seus dependentes não foram incorporados em condições socialmente legitimadas aos requisitos do mundo do trabalho livre, exigidos no capitalismo industrial, tornando-se pobre, infeliz, órfão, desgarrado, solto no mundo ao seu 'bel (des)prazer' (*id. ibid.*, 80).

De forma irretocável, tanto Jessé Souza quanto Muniz Sodré capturam novas dimensões e representações classificatórias importantes para apreendermos melhor aqueles sobre os quais estamos falando (refletindo, agindo e interagindo). Cada qual no seu campo analítico, ambos trazem à baila a expressão e avaliação daquilo que compreendo como uma *'experiência moral da pobreza'*, que inscreve a identidade das classes populares; uma vivência marcada no corpo e na alma por inúmeras e contínuas formas de exclusão e de desvalorização. Nas palavras de M. Sodré, para compreender práticas e representações destes sujeitos precisamos examinar dimensões emocionais e existenciais cruciais que permeiam suas relações com/no mundo, estabelecendo, assim, outras conexões entre cultura e sociedade como formas emergentes de experiências típicas onde significados e valores são mais sentidos e vividos, que apreendidos intelectualmente (*id. ibid.*, 58).

Essas dimensões plásticas são apreendidas seja ao qualificarmos a dor e o sofrimento de tantos que provocativamente Souza chamou de *'ralé'*: os muitos brasileiros humilhados e silenciados que reproduzem, conscientemente ou não, tal condição; seja ao definirmos o racismo como *'uma forma de vida, conforme M. Sodré, uma movimentação humanamente negativa/retrópica'* que resulta de reações emocionais humanizadas, isto é, uma compreensão, um sensorio global, um ponto de vida e existencial (*id. ibid.*, 69-70). Como clara e categoricamente esclarece Jessé, vítimas do jogo perverso disputado entre representação e autorrepresentação pejorativas, nossa *'gente humilde'* se vê e é vista como um *'Zé-ninguém'*, de comportamento abjeto e servil. Infalível e tragicamente, tal dinâmica faz o povo brasileiro se ver, se perceber e ser visto e compreendido como o maior responsável por sua miséria e infortúnios, diminuído e abandonado (Gouveia, *id. ibid.*). Afinal, *"ao perdedor, as batatas"*.

Sem querer correr o risco de instrumentalizar a discussão, nem reduzir a força analítica desses pensadores, aquém da potência de suas críticas em si, hoje parece mais claro que os investimentos teóricos de J. Souza e M. Sodré alinham-se à vontade daqueles tantos que lutaram e continuam lutando por passar a limpo o Brasil, projetando em muitos cenários o desejo de construirmos outra sociedade que se alicerce em distintas bases, com menos humilhações, culpas e vergonhas de nosso povo (quicá, *"sem medo de ser feliz"*).

Trabalhadores e Identificação Política

Em relação às pontuadas desigualdades historicamente construídas que perseguem a experiência social de nosso povo trabalhador, negadas pelo senso comum e pela sociedade em geral, L. Schwartz (*id. ibid.*) chama atenção ao fato de que *"maquia-se um cotidiano extremamente hierárquico e autoritário [pelo] "engrandecimento positivo do passado", sublinhando que toda sociedade elabora seus marcadores sociais da diferença que, inevitavelmente, geram violência, preconceito e exclusão³⁰. Modesta e despretensiosamente, lançar luz sobre estes marcadores morais que qualificam o processo de marginalização, discriminação, precariedade e humilhação das classes trabalhadoras, permite compreender como se configuram os significados, a força e resiliência do Partido dos Trabalhadores no seio de tais segmentos, mesmo sob tanto fogo-cerrado. De forma mais ou menos consciente, as pautas, programas e ações do PT incidiram sobre a prerrogativa de trazer honradez e respeito aos muitos e diversos brasileiros historicamente ultrajados. Ou seja, reconhecer neles uma *'dignidade'* há muito negada. Afinal, seguindo os passos do *'velho'* Getúlio Vargas, mas indo além do projeto getulista³¹, em grande parte e durante muitos anos, a trajetória político-partidária do Partido dos Trabalhadores concorreu para *'restituir'* em nosso povo batalhador sentidos para continuar a luta - do chão da fábrica à casa e às demais redes de sociabilidade -.*

A potência do Partido no coração das massas advém prioritariamente dessa dimensão simbólica, junto aos resultados práticos que o povo brasileiro alcançou nos períodos de gestão petista, via Programas e Políticas Sociais dirigidas prioritariamente à inclusão popular³². Como pontuamos, em sua história de construção, o Partido esteve ligado à

³⁰ Segundo ela, tal dinâmica sobrepõe camadas de distinção negativa para determinados grupos, visíveis em fatos históricos e em indicadores sociais - renda, idade, sexo, região, educação, saúde, moradia etc. (*id. ibid.*, 174-175) -. Todavia, a interseccionalidade entre eles ainda é pouco transparente, em termos cognitivos, discursivos e multimodais; e, conseqüentemente, pouco avaliada.

³¹ O nacional-populismo de Vargas promoveu reinserção social dos trabalhadores, via voto, reconhecimento de Direitos e valorização de uma cultura de massas, via associação e organização pública. Desde então, *"voto, voz e soberania popular tornaram-se o pesadelo dos setores social e culturalmente privilegiados"* (Souza, *id. ibid.*).

³² Dentre muitos, por exemplo: na área da educação, FIES, PRONATEC, PROUNI, Ciência sem Fronteiras e Bolsa Atleta; na saúde, Mais Médicos, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; na assistência social, Brasil Sem Miséria, Minha Casa, Minha Vida, Bolsa Família, Cisternas no Sertão, Luz para Todos e Água para Todos; na geração de trabalho e renda, aumento do salário

batalha mais abrangente em torno do processo de redemocratização do Brasil. Todavia, trouxe outros e novos sentidos a este embate ao conscientizar, sensibilizar e organizar parte expressiva dos grupos populares à mobilização de classe, à participação política e cultural e, portanto, à própria atualização de suas identidades. Indo além do confronto sindical, há precisos 44 anos o PT elegeu como bandeira principal o combate às desigualdades e a busca por inclusão social do povo pobre, simples, trabalhador.

A meu ver, para além da inegável identificação de sua maior estrela com as massas, que atesta o indiscutível capital político do atual presidente (seja porque sua figura e trajetória encarnam a experiência social do povo brasileiro, seja por sua liderança no processo de restauração política interna e na luta por Democracia, Direitos e Justiça Social, no plano nacional e internacional), no coração e na mente de muitos trabalhadores, desde que ganharam força e autoridade política, Lula e seu Partido nutriram o horizonte de expectativas deles. Assim, o povo simples, preto e pobre, historicamente aviltado e humilhado, realizou que, apesar da 'chibata', uma teimosa esperança permitiu sonhar e continuar sonhando com uma vida mais íntegra e melhor. Logo, uma parte dele acreditou e alimentou sua própria luta por *dignidade*.

Essa representação positiva, evidentemente, não é idealizada, nem desconsidera os erros e equívocos cometidos pelos presidentes e quadros petistas na condução da vida política, econômica e sociocultural do país, quando estiveram à frente do comando do Executivo. Tampouco, isenta o Partido dos Trabalhadores e seu 'time' de uma ainda não devidamente explicitada autocrítica, nem de ter se deixado tomar por uma via burocrático-eleitoral e abandonado o campo da educação, mobilização e organização popular. Todavia, penso que elucida a força e a resiliência petista no coração das classes populares e a potência identitária da inversão de dada autorrepresentação.

Ao final de tudo, a descrita legitimidade orgânica que qualifica as relações entre o PT e suas bases esclarece, em muito, o grau de truculência e contundência do arquitetado ataque ao Partido para arrancá-lo do seio do povo brasileiro, conforme refletiremos a seguir.

3.2 ANTIESQUERDISMO E EXPIAÇÃO PARTIDÁRIA: da contestação aos ataques

No projeto neoconservador brasileiro destes últimos dez anos, como vimos, a conquista das bases eleitorais e, conseqüentemente, o acesso e consolidação ao poder político tiveram como estratégia e método principais encampar uma cruzada moral contra o Partido dos Trabalhadores. As divergências ideológico-identitárias tomaram conta da cena local e levaram a cada vez mais radicalizadas divisões no seio da sociedade (dentro e fora do ambiente doméstico) para além do contexto eleitoral. Em particular, expôs tanto a incipiência da experiência democrática brasileira quanto o autoritarismo latente e a violência atávica que nos perseguem. E mais, revelou o 'vale-tudo' como regra nas disputas travadas para conquistar "corações e mentes" de eleitores.

Como descrito, a partir do uso de novas tecnologias comunicacionais, ocupação do espaço digital e alianças políticas da hora foram sendo garantidos ao projeto ultraliberal respaldo popular, acesso ao poder político (executivo e legislativo) e posterior domínio da máquina pública. No limite, a mais exata expressão disso incidiu sobre a disputa suprapartidária entre *petismo* e *bolsonarismo*, cujas narrativas e contranarrativas trouxeram à tona muitos de nossos impasses como sociedade, em múltiplas dimensões - da política à metapolítica -. De forma arrebatadora, neste curso fluiu o processo de criminalização da política e do Partido dos Trabalhadores que atingiu diferencialmente vários segmentos de classes.

Poder Político e Oposição

Na história político-partidária nacional, como visto, o Partido dos Trabalhadores esteve efetivamente comprometido, de voz e de fato, com a luta por democratização ("Diretas Já") e inclusão dos setores populares na sociedade brasileira ("Novo Sindicalismo" e "Movimentos Sociais de Base"). Em sua trajetória política, após notável desempenho pela conquista do poder local, na 'onda rosa continental' da primeira década do novo século, o PT chegou à chefia do poder executivo nacional. Tendências à parte, seus principais quadros possuíam identificação, reconhecimento e apoio no coração das massas, defendendo uma agenda afinada com as esperanças e expectativas de suas bases. O PT aprendeu a ganhar as urnas e a ser 'situação', mantendo-se no poder executivo federal por quatro eleições

mínimo acima da inflação, transposição do rio São Francisco, reativação do transporte ferroviário e ferrovias Norte-Sul e Transnordestina, PRONAF e FAT.

consecutivas. No comando, promoveu mudanças político-econômicas reformistas que ‘cutucaram’ nossa subalternidade atávica, implementando programas sociais inclusivos, voltados à igualdade e universalização de direitos a todos que compunham a sociedade brasileira (em especial, àqueles historicamente marginalizados e excluídos). Desde que surgiu o Partido provocou transformações radicais na cena política local, fundadas em participação efetiva (e não apenas representação) dos setores populares na atuação partidária (e mesmo no projeto futuro de sociedade) e na produção de conhecimento e cultura popular.

Sem dar trégua, uma oposição multiforme transformou-se em tropa-de-choque, recorrendo a “mundos e fundos” para desmoralizar e desestabilizar as gestões e os quadros petistas, em consonância com movimentos similares que estavam ocorrendo com outros governos progressistas, no continente latino-americano e caribenho. Desde sua primeira gestão presidencial (2002), portanto, a contestação dos setores senhoriais brasileiros não deu trégua ao Partido, buscando muitos meios e modos de desmoralizar e desestabilizar a força e popularidade de seus governos, na batalha por retomar o controle do Estado e da máquina pública. Muitos acontecimentos foram exemplares das tensões e intenções decorrentes: em 2005, o ‘Mensalão’; em 2013, as ‘Jornadas de Junho’; em 2014, o ‘Petrolão’ e a farsa da ‘Lavajato’; em 2016, a queda da presidenta eleita pelo golpe ‘jurídico-parlamentar-mediático’, no esteio do debacle de outras afinadas presidências latino-americanas, e a prisão ilegal de sua principal estrela, Luiz Inácio Lula da Silva, em 2018.

Na sequência, veio o fim das modestas políticas inclusivas implementadas e da prerrogativa de integração regional, soberania e autossuficiência econômicas, ambas articuladas ao desejo e compromisso de garantir nosso crescimento com desenvolvimento social. Como pontuado na primeira parte deste texto, junto ao desmonte da economia real, os governos brasileiros subsequentes ao PT (Temer e Bolsonaro) decretaram morte aos Direitos e à Justiça Social no país, conquistados a duras penas, sob o protagonismo das gestões petistas.

Na dinâmica do poder, esse truculento e orquestrado ataque ao PT representou a criação à destruição de um ‘demônio para chamar de seu’; uma forma pouco conhecida à época (em sua potencialidade e radicalidade) de garantir êxito e controle de mudanças desejadas à redefinição de pactos e alianças políticas no Brasil dos últimos anos. Portanto, o movimento fulcral à aliança estratégica da oposição foi a exploração do antipetismo que seria radicalizado pela retórica neopopulista. Esta, encampou uma versão extremada do ódio e da negação da política nos termos de uma *guerra cultural*; a disputa de narrativas baseada em luta *fake* contra ‘marxismos culturais’, ‘devassidão política e moral’, ‘ideologias de gênero e perseguição a novos cristões, dentre outras falsas bandeiras, que terminou fugindo do controle de muitos ‘aliados’ da vez.

Força Política e Rupturas

O Partido dos Trabalhadores foi alvo preferencial de orquestradas ofensivas e demonização política pelo fato de ser o maior e mais arraigado partido de centro-esquerda nacional: mais orgânico, maior liderança popular, maior bancada, maior número de filiados e de simpatizantes, único com militância organizada no exterior. Seja porque temas da agenda de costumes eram particularmente sensíveis ao Partido; seja por ser a principal força política nacional; seja por seu importante e decisivo papel na elaboração e execução de políticas públicas inclusivas, que ameaçaram interesses e privilégios atávicos ao denunciar e combater hierarquias de classe, gênero e raça; seja por ter uma ‘estrela carismática’ capaz de conter o avanço das investidas antidemocráticas. Por “essas e outras”, na perspectiva da oposição ‘a’ meta era aniquilar o PT.

A partir do momento que ganhou o controle do Executivo federal (2002), a força e combatividade do Partido dos Trabalhadores sempre inquietaram e atemorizaram os agentes internos que detinham capitais econômico, político e simbólico. Junto às bandeiras diretamente ligadas à esfera política (corrupção, malversação e uso privado do Estado, controle da máquina pública, corporativismo, fisiologismo, dentre outros), reativa e reacionariamente, o terreno da cultura virou campo de guerra ao projeto neoconservador, que travaria uma verdadeira batalha contra um suposto ‘despudoramento’ político e moral, um ilusório ‘marxismo cultural’ e uma fantasiada ‘ideologia de gênero’. Em especial, nesta investida neoconservadora, os domínios da educação, artes e ciência foram utilizados como ambientes preferenciais à promoção de um *discurso* (de ódio) com o propósito de gerar uma atmosfera belicosa (Forin, 2019), a fim de controlar o pensamento e eliminar diferenças e dissidências. Estas, ao final, foram além do âmbito político-partidário, extrapolando ao nível da metapolítica.

De forma enviesada e seletiva, declararam o Partido dos Trabalhadores o principal e pior inimigo a ser combatido, semiótica e materialmente, apontando-lhe todas as armas. Alvo de campanha difamatória e de devassa político-

partidária, com auxílio fundamental dos três Poderes, em seus diferentes níveis, da ‘grande mídia’ à *midósfera digital*, o PT, seus representantes e apoiadores encarnaram todos os males e desgraças do Brasil dos últimos vinte anos. De forma clara, Sabrina Fernandes (2019) elencou os principais elementos constitutivos dessa investida antipetista. Primeiro, o equivocado argumento de que era uma “comunidade comunista”, apesar de ser partido de centro-esquerda, voltado a reformista ideia de “conciliação de classes”. Segundo, a falsa afirmação de ser “o inventor da corrupção no Brasil”, independente de ser apenas um dos partidos brasileiros (e não o maior) envolvidos em caso de prevaricação, e do caráter sistêmico do problema. Por fim, o descontentamento e condenação das políticas públicas inclusivas e redistributivas promovidas pelas/nas quatro gestões progressistas.

Como apontamos, a campanha antipetista corria à solta, todavia faltava ainda arrancar o Partido da alma do povo brasileiro e, assim, com um viés formalmente democrático, construir e consolidar um programa autocrático e retrógrado que aprofundaria fissuras presentes no seio de nossas forças sociais. Para atingir as bases eleitorais em disputa era crucial um projeto de criminalização da política que articulasse ataques morais, máquina de desinformação às conjunturas de crise externas e locais. Em particular, as dificuldades de governabilidade (jogo parlamentar e contestação da eleição) e econômica, em 2014 (fracasso das medidas da Nova Matriz Econômica, aumentos da Dívida Pública, das Taxas de Juros e do Desemprego, reduções na produtividade, no preço das commodities e no PIB, escândalos de corrupção e retirada de capitais estrangeiros), jogaram a pá de cal à imagem positiva do Partido e de suas principais estrelas (Dilma e Lula) no universo representacional das camadas médias³³ e populares.

Não se tratava, apenas, de finalizar o ciclo de gestão petista; mas sim, de arrancar o PT do coração do povo brasileiro através da inversão afetiva dos significados e sentimentos que nutriam o forte vínculo entre eles. Em especial, no coração das classes populares foi cavada uma fissura, aberta pela perda de credibilidade e frustração com as gestões petistas (a descontinuidade do prometido projeto de mobilidade social) e alimentada por fundamentalismos religiosos³⁴. Um fluxo acirrado por processos como: instabilidade, crise e precariedade econômicas; criminalização, caos e incertezas políticas; insatisfação, desilusão e derrota das forças progressistas; divisão e fundamentalismos morais intraclases; ameaça e perda de direitos e declínio de esperanças fragilmente conquistadas. Como vimos, dinâmicas perversamente exploradas por uma retórica extremista, potencializada nas redes e mídias digitais, e por um emaranhado afetivo de desesperanças, desalentos e desenganos generalizados, junto à demanda por ordem, face à tantos medos objetivos e subjetivos captados, intensificados e instrumentalizados (C. Rocha, *id. ibid.*; Jarrín, *id. ibid.*).

Conforme destacamos na reflexão de J. Souza (*id. ibid.*), nos segmentos sociais uma luta por *dignidade* torna-se tão central quanto uma luta por sobrevivência material, em especial naqueles que acumulam múltiplas experiências de exclusão. Nas igrejas pentecostais (um dos únicos espaços em que se fala ‘para os pobres’ e que se ‘ouve a voz’ deles), especificamente, embalados pela *doutrina da prosperidade*, parte cada vez maior de tantos historicamente aviltados joga suas humilhações sobre os ‘seus’, em busca de uma *dignidade* que há muito não lhes tem sido reconhecida nem concedida. Assim, movidos pelos afetos (melancolia, desesperança, medo, raiva, inveja, ressentimento), muitos entram em disjuntivos combates: ‘crentes contra macumbeiros’, ‘honradas’ contra prostitutas’, ‘trabalhadores contra bandidos’, ‘honestos contra delinquentes’, ‘corretos contra depravados’, ‘brancos mestiços contra pretos’, dentre tantas manipuladas diferenças. Disputas estruturalmente morais, relacionadas às imagens e imaginários que se tem de si e do outro.

Um elenco de razões materiais e simbólicas esclarecem o atual conjunto da obra. De um lado, um revanchismo classista, evidente em narrativas tendenciosas sobre corrupção, traição, punição e ordem, fruto dos impasses à mobilidade social projetada, e encarnado em discursos literal e imagético pró-armas. De outro, um ressentimento de classe, presente em estados emocionais como desamparo, descrença, desesperança e quebra de laços de confiança internas, face à incitação às inimizades no seio dos grupos de pertencimento, notadamente nas famílias populares (Jarrín, *id. ibid.*). No meio de tudo isso, uma cultivada retórica do ódio cuja intensidade e truculência produziram e

³³ Em destaque, aspectos como: contestação à Nova Matriz Econômica e às políticas inclusivas; ressignificação dos históricos discursos sobre anticorrupção e anticomunismo (integralismo, udenismo, lavajatismo); reação conservadora e autoritarismo; promoção da ideia de ‘meritocracia’, própria à lógica neoliberal; perda de empregos qualificados e rebaixamento dos serviços públicos; luta de classes objetiva e simbólica, mediante perda de privilégios e distinções; e aumento do custo dos serviços domésticos (que ‘pesaram no bolso’).

³⁴ Em entrevista à Carta capital, J. Souza sublinha que nos setores populares uma “raiva justa” é explorada nas redes. Por exemplo, aponta o BREXIT/UK como laboratório de testagem que reduz o horizonte reflexivo e cria adesões afetivas resilientes à mudança de posição, questionando como transformar uma emoção caótica (raiva) em indignação propositiva (2023).

produzem muitos e rápidos dividendos - ganhos financeiros, político-partidários e ideológicos -, captados e canalizados para fins socialmente questionáveis (C. Rocha, *id. ibid.*). Sensações de risco e ameaça e de perda e apego, insegurança, baixo controle e desesperança, engatilharam medo, expectativa e ilusão que promoveram formas autoritárias compensatórias, tão familiares em nossa formação histórica e experiência sociocultural.

Conforme apontado anteriormente, Bolsonaro foi uma 'ocorrência' em nossa história político-eleitoral que foi conquistando espaços a partir de dinâmicas fortalecidas e que fortaleceram um processo mais abrangente: o *movimento bolsonarista*, este sim um fenômeno amplo que incide sobre muitas 'engenharias sociais' cuja espinha dorsal foi um corpo de tecnologias de poder, que ganhou potência e autonomia, transitando do campo político à esfera metapolítica.

Numa astuta contranarrativa às agendas progressistas, notadamente no âmbito dos debates de gênero e sexualidade, o 'capitão' e seus asseclas travestiram-se de legítimos representantes "da moral e dos bons costumes", defendendo uma pauta social conservadora e extremista, oposta a mudanças e mantenedora da 'ordem', que rejeitava inovações socioculturais, políticas e comportamentais. Como pontuamos, o resultado disso foram as fissuras e fricções no corpo social. Por exemplo, entre consanguíneos, afins e vizinhanças ergueram-se velhas e novas distinções irreconciliáveis que comprometeram a solidariedade intraclasse e o circuito de confiança, cruciais na experiência cultural deles. Distanciado e desidentificado, o 'evangélico-homem de bem' coloca-se como moralmente superior ao 'pobre-delinquente e desviante', reeditando-se aqui a eterna luta do 'bem contra o mal' (Muniz Sodré, *id. ibid.*; Souza, *id. ibid.*; Jarrín, *id. ibid.*). Uma forma maniqueísta de ludibriar e controlar pessoas e grupos vulnerabilizados, mas potencialmente 'radicalizáveis', prestes a invadir ruas e redes, que colocou juntos e misturados sujeitos diversos. Convivendo em bolhas (eletrônicas), estes não mais compartilham suas necessidades, transformados em seus próprios algozes e servis aos "podres poderes".

Nesta última década, como presenciamos, o projeto neoconservador brasileiro ocupou 'novos velhos' domínios sociopolíticos locais, reapropriando-se de linguagens e modos múltiplos à conquista e manutenção do poder e imobilizando nossas lideranças políticas tradicionais. Em exitoso itinerário, encampou discursos 'antipolítica' e 'antissistema', entronou seu 'mito' (embora de 'pés-de-barro') e reproduziu exponencialmente polarizações identitárias, de forte apelo emocional (valores), que culminaram no arresto das antigas bases partidárias a favor da investida neopopulista.

Em suma, o quadro político-econômico e sociocultural exposto nos permite dimensionar parte dos reptos impostos à governabilidade e ao êxito da atual gestão reformista de centro-esquerda, vitoriosa eleitoralmente, mas política e socialmente instável. Afinal, como testemunhamos, ao findar seu primeiro ano de mandato, o atual governo vem enfrentando constantes e contínuos entraves e ameaças à sua consolidação, conforme discutiremos a seguir.

4. AGÔNICA VITÓRIA DEMOCRÁTICA: normalização republicana vs. normatização antidemocrática

Na perspectiva de compreender aspectos centrais da recente reconquista político-democrática brasileira - representada pela vitória eleitoral das forças centro-democráticas e pela conclusão do primeiro ano de sua gestão -, nesta última parte, discorre-se sobre certos impasses, realizações e reptos do atual governo federal. O ano I de Lula III (2023) foi marcado por conquistas e desafios para alcançar delicado reequilíbrio às forças de 'normalização' das institucionalidades republicanas, um reajuste que servisse de antídoto ao temerário processo de 'normatização' de resilientes verves e condutas neopopulistas³⁵. Em outras palavras, no âmbito de ação do atual governo, e das forças progressistas em geral, nossa busca por voltar à normalidade - assegurada minimamente pelo respeito às regras do jogo democrático e pela garantia de direitos inclusivos - requer, sobretudo, denunciar e enfrentar a corriqueira naturalização de dinâmicas politicamente 'incorretas', 'impensáveis' e 'insustentáveis' que, triste e vergonhosamente, hoje se tornaram medida e padrão em nossa vida política e social.

³⁵ Cabe explicitar um uso particular de termos tão aproximados. Do ponto de vista lexical, cf. dicionário, *normatização* refere-se à criação de normas. Por sua vez, *normalização* é o processo de aplicação de tais normas, com o intuito de facilitar o acesso a qualquer atividade específica. Todavia, numa livre apropriação, estabeleço uma inversão e distinção semântica entre 'dar normalidade' às coisas, ou seja, voltar ao normal (*normalização*); e 'naturalizar/banalizar' e 'tornar regra' discursos e práticas sociopoliticamente intoleráveis (*normatização*).

Ao fazermos um balanço do tempo 'curto' - a disputa travada na eleição de 2022, o recém-concluído ano e o que nos espera em 2024 -, sem dúvida, conquistamos muito. Todavia, como bem sabemos, independente da providencial derrota nas urnas do mandatário anterior (considerado o 'cabeça da escalada extremista) e do sucesso do ano inaugural da gestão Lula III, um disruptivo processo de instrumentalização da política e uma truculenta retórica neopopulista continuam a assombrar a República, a Sociedade e o Povo brasileiros.

Diante disso, portanto, é crucial enfrentar dispositivos de desinformação "usados e abusados" por essas forças autocráticas resilientes. Ao mesmo tempo, é indispensável elaborar e executar projetos de futuro e de transformação social efetiva, capazes de implementar mais e melhores políticas públicas, redistributivas, inclusivas e formativas, que enfrentem efetivamente o atual *modus operandi* em/de nossa sociedade.

4.1 "UNIÃO E RECONSTRUÇÃO": um projeto possível?

Graças ao triunfo nas urnas em 2022 suspendemos a instauração do neofascismo à brasileira. Por um triz o urdido projeto autocrático não se tornou sistema político-administrativo, deslocando-se de movimento a partido institucionalizado e a regime político de fato (Secco, *id. ibid.*). A união de setores democráticos e progressistas absteve sua permanência no domínio e controle do Executivo e da máquina administrativa. E, mais, fraturou sua perigosa retórica - não obstante esta mesma verbosidade continue de "vento-em-popa", gerando dividendos políticos e garantindo o controle do Legislativo nacional por um Parlamento da pior estirpe - o inchado Centrão e sua forma utilitária e amoral de controlar a pauta política e o orçamento público (desde 2014, em tempos de Eduardo Cunha), testemunho de uma invertida vitória das forças neopopulistas³⁶ -.

Vencida a agônica disputa à chefia do Executivo, colocam-se novos campos de luta e muitos desafios para irmos além de uma desejada 'vida normal', fruto da conquista e manutenção de poder político-administrativo e do controle republicano da engenharia institucional por um mandatário e uma gestão progressistas. Há muito a fazer, porém, nosso logro não foi pouca coisa, a batalha e o êxito eleitoral foram enormes e admiráveis. Todavia, em tempos tão difíceis e imprevisíveis, como defender e ampliar o projeto nacional de retomada e reconstrução de nossa democracia 'acorrentada'? Sem dúvida, uma complexa e delicada tarefa cuja dinâmica buscaremos discutir.

Enfrentamento e Vitória Eleitoral

Ao longo destes complicados últimos dez anos, apesar das marcas estruturais e das conjunturas perversas que tanto castigavam o povo brasileiro, conforme apresentado nas seções antecedentes, nem tudo resultou em capitulação, cooptação, ressentimento anestesiado, ou mesmo 'cabresto'. Uma gama de disputas reconfigurou as dinâmicas e o papel das organizações sociais à época, notadamente as de base popular, num vaivém entre representação e mobilização própria ao jogo social, pois necessária e constitutiva dele. Mesmo desregulada, deslegitimada e contida, as intensas mobilização, organização e militância políticas, ao longo de toda malfadada era Temer-Bolsonaro, demonstram que a maioria dos brasileiros não esteve em sintonia com a ordem vigente e tampouco pactuou com os rumos da política nacional. Tantos e diversos atuaram combativamente através de muitas lutas - trabalhistas, antirracistas, antissextistas e ambientalistas -.

Desde o golpe de 2016, um número enorme e heterogêneo de pessoas ocupou as ruas, do 'outro lado', exigindo democracia e direitos ("Volta Dilma", "Fora Temer", "Ele não", "Vacina no braço, comida no prato", "Fora Bolsonaro", Movimentos identitários, trabalhadores rurais e Sem-teto, "Vira Voto", dentre outros). Ao fim e a cabo, apostando nos ajustes possíveis entre esferas objetivas e pragmáticas, bem como disposições subjetivas e difusas, uma frente amplíssima foi formada sob a insígnia da "União e Reconstrução", aglutinando tantas lutas e possibilitando o deslocamento de muitos agentes, atores e alianças em prol da retomada e defesa de nossas institucionalidades republicanas. Um conjunto diverso e disposto a encarar o repto de vencer um pleito eleitoral histórico, um verdadeiro "divisor de águas", acordados e a postos para restaurar nossa incipiente experiência democrática, bem como enfrentar as ameaças autoritárias e autocráticas latentes (Gouveia, 2022). Vencemos!

³⁶ Embora favorecida pelo derretimento do Centro político e pela inescrupulosa atuação desse 'poderoso Centrão', a ultradireita brasileira, felizmente, não tem como suporte (ainda) um partido potente e ideologicamente sancionado, nem um forte movimento nativista aglutinador (como em outras sociedades onde a questão da imigração é crucial). Todavia, o perfil do Parlamento atual atesta o outro lado vitorioso do projeto neopopulista nacional.

Apesar de derrotado nas urnas, de ter perdido protagonismo mundial e da conclusão a contento do ano inicial do governo progressista, constatamos que o projeto neoconservador nacional vai “muito bem, obrigada”. Mesmo vencido eleitoralmente (na disputa à Presidência, porque em termos parlamentares fomos derrotados), a investida autoritária segue viva, ativa e atuante, controlando a marcação e o ritmo do ambiente político-institucional à sua volta; uma atmosfera carregada por instabilidades, contestações, ataques, ameaças e truculências cotidianas. Neste ‘clima’, as promessas e compromissos de campanha do atual governo foram minoradas, frente à tarefa urgente de unir e reconstruir um Brasil de “terra arrasada”, herdado do desgoverno passado, em busca de uma ‘normalidade’ possível. E mais, a força e capital político do novo governo foram usadas para enfrentar mais efetivamente as muitas tentativas de naturalizar um padrão abjeto de interação política, tão imperativo na atualidade.

Pesquisas de Opinião

Entre “tapas e beijos”, a popularidade do governo atual tem sido medida a peso de ouro, em especial, ao completar seu primeiro ano de gestão. Mais ou menos acordados, em dezembro passado, os principais institutos de pesquisa (IPEC, DataFolha e Genial/Quaest) apontaram ser o governo ‘Lula III’ considerado “ótimo” ou “bom” por 38%, regular por 30% e “ruim” ou “péssimo” por 30%, com taxa de reprovação maior entre os evangélicos. 51% a 54% aprovaram a gestão de 2023 e o índice de confiança no chefe de Estado de 60%, com nota final de 5.7. De forma menos ou mais declarada, todos destacaram a queda percentual na aprovação (de 60% a 51%) e o aumento da rejeição ao longo do ano (28%, 35% e 43%). Por exemplo, no segundo mês de mandato havia 45% de aprovação e 38% de desaprovção (à época, 40% alegaram ter dúvidas sobre a ‘real’ vitória de Lula nas urnas).

Apesar de ser incontestável a cisão e desconcordância resilientes na sociedade brasileira hoje, como sabemos, a leitura e interpretação de dados estão sempre em disputa. Para não endossar equívocos próprios aos ‘jogos de números’, tão comum nas abordagens de técnicos-especialistas, da mídia corporativa e na retórica neopopulista, sublinhamos outras maneiras de ‘classificar’ que podem sugerir diferentes resultados. Por exemplo, são distintos os universos de votantes e o conjunto da população em geral. Igualmente, é diverso o grupamento de ‘conservadores cristãos’, classificados em ‘tábua-rasa’ como ‘evangélicos’; bem como, são questionáveis as fontes de informação de tais grupos. E, mais ainda, nas pesquisas apontadas é relativamente baixa a precisão qualitativa dos contextos das respostas dadas. Além disso, na seleção dos indicadores divulgados as bases metodológicas nunca ficam bem explicitadas. Logo, pontos de vista e julgamentos facilmente tornam-se ‘opinião pública’.

Ao contrário dos recortes realizados, Antonio Lavareda (2023) pontua que Lula encerrou 2023 muito bem, pois desde eleito cresceu 12 percentuais, pois em votos totais o atual mandatário se elegeu com 39% e que tal índice não expressava uma totalidade absoluta, mas sim o percentual de votos dos que compareceram às urnas. Ao final do ano, sublinha, Lula teve aprovação de 51% da sociedade brasileira. Além destes índices, os motivos principais alegados à crítica negativa ao atual Presidente, podem ser relativizados: a alta frequência de suas viagens internacionais e a não afirmação do Movimento Hamas como uma ‘organização terrorista’. Igualmente, os temas elencados à má-avaliação do atual governo foram a “falta de combate à corrupção” e a “Segurança Pública”. Cabe aqui, também, algumas observações. Em relação à nossa política externa, em nenhum momento foi perguntado também sobre a importância e os resultados das viagens internacionais realizadas, tampouco foi explorada a percepção dos inquiridos de que nosso Chefe de Estado seguia o mesmo protocolo de categorização das Nações Unidas, que não considera o grupo palestino uma organização extremista. A respeito dos assuntos internos, nada foi apurado sobre grau de conhecimento da população em relação às iniciativas do governo acerca dos temas apontados, prevalecendo uma controversa oratória sobre corrupção e insegurança pública e uma simplificada abordagem sobre quem é de fato responsável por eles. Conscientemente ou não, as pesquisas terminam sendo estruturadas, aplicadas e divulgadas, em prol de uma potente máquina de manipulação e desinformação da opinião pública.

Como um tempo ‘*déjà-vu*’, no primeiro ‘longo’ ano do atual governo (agregado dezembro 2022 e descontado janeiro 2023, dedicado à superação da intentona golpista), testemunhamos uma temporada quente de polarizações assimétricas, intolerâncias e violências; de negação do salutar contraditório dialógico; de política como entretenimento e de simplificação e naturalização de nossas letais desigualdades e injustiças sociais. “Tempo, tempo, tempo, tempo”, que obstaculiza a consolidação da ‘boa-sociedade’ e da ‘boa-convivência’ entre diversos. Tempo que parece, no limite, ‘voltar atrás’, no qual muitos têm obstruído medidas providenciais à recuperação econômica e restauração democrática, vis-à-vis os debates nacionais cotidianos.

Campo Econômico

No terreno da economia as vitórias alcançadas e as mudanças positivas estão visíveis em seus principais indicadores, fruto de muito troca-troca e negociações, determinação e competência da atual gestão. Destes, destacamos o controle e redução da Inflação, junto a gradual queda dos juros (Taxa Selic) e valorização cambial; o decréscimo do desemprego, endividamento e inadimplência; o crescimento do superavit primário e do PIB de 3%, acima do previsto; a histórica aprovação da Reforma Tributária, com futura taxaçaõ de Fundos Exclusivos e *Offshores*; a arduosa LDO aprovada e as novas regras de arrecadação do ICMS e das apostas online; a elevação da nota do Brasil no *ranking* de investimento global e o país deixando de ser a décima terceira para ocupar a nona posição na economia mundial.

Levando-se em conta a economia como a área mais sensível, às prerrogativas de sucesso e/ou insucesso do atual mandatário, e de sua 'sempre contestada' popularidade - apesar dos citados indicadores positivos; apesar de governar em tempos difíceis, interna e externamente; apesar de fechar o ano com 51% de aprovação, em comparação aos 39% de seu início de governo -, persiste a mitigação crítica das ações positivas e dos acertos do governo no campo econômico, e/ou um silenciamento da mídia oficial sobre os mesmos (mais ou menos explícitos em bate-bocas sobre autonomia do Banco Central, taxa de juros, arcabouço fiscal, papel do Estado na economia, suspensão de privatizações e retomada da Petrobrás, nova matriz [verde] de industrialização).

Em particular, na grande mídia e em parte da sociedade prevalecem atribuições negativas e valorização de incertezas face à polêmica do 'déficit zero' e aos perigos de ambígua situação fiscal, ambas qualificadas como potencialmente deteriorável e promotora de endividamento. Igualmente, exaltam o problema do '*timing*' à implementação das reformas aprovadas e insistem na cantoria de que "Lula tem muita sorte", apesar de ser 'centralista', 'oportunista', 'atrasado', 'populista', dentre outros atributos 'cantilenados' pela/na imprensa tradicional e, oportunamente, editados e replicados nas redes digitais. Em tão "tempos bicudos" é preciso mesmo e muito mais que 'sorte' para garantir e ultrapassar as ações vitoriosas do primeiro ano, das quais pontuamos: as conquistas diplomáticas e econômicas da Política Externa assertiva que recolocou o Brasil no cenário mundial com prestígio e protagonismo (das inocentes prosas humanistas, passando pela desafiante integração latino-americana e do Sul Global, aos novos acordos e dividendos comerciais); a elevação das reservas do tesouro; a retomada de Políticas Públicas interrompidas (combate à fome, valorização do salário mínimo, Farmácia Popular e suspensão da cobrança de parcelas do Minha casa, Minha vida para beneficiários do bolsa família); a Reforma Tributária e o Marco Fiscal (aprovação na CCJ da taxaçaõ de grandes fortunas, diminuição da natureza regressiva de nosso sistema tributário e isenção de impostos para produtos da cesta básica); a proposta de reestruturação de nossa matriz industrial, a geração e expansão de emprego e renda e a estabilidade dos preços e oferta de serviços a todos extratos da população, notadamente aos mais vulneráveis que dependem do Estado.

Apesar da 'sorte' e sucesso dos índices econômicos de 2023, estruturalmente, as bases da economia permanecem intocadas, controladas pela racionalidade neoliberal que já não consegue gerir sua própria crise. Logo, o papel dos setores progressista é exatamente elaborar e promover uma crítica qualificada desse modelo e construir e implementar uma agenda político-econômica alternativa a ele. Sendo assim, como garantir a retomada de uma macroeconomia desenvolvimentista, *sine qua non* ao tão almejado crescimento com justiça social, mediante armadilhas como marco fiscal zero (uma reedição do Teto de Gastos de antes), manutenção de juros altos, desvio de recursos ao capitalismo rentista e desindustrialização? Mais especificamente, sem enfrentar a ordem neoliberal vigente, como produzir riquezas, criar empregos, melhorar a oferta e qualidade de serviços públicos, aumentar a arrecadação fiscal e corrigir a regressividade da tabela do Imposto de Renda?

Domínios Político e Social

Na esfera político-parlamentar tem saído bastante cara a atual governança. Mesmo com a demonstrada habilidade política do governo à negociação com setores determinantes (Mercado, Forças Armadas, Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, dentre outros), se aguçam muitas disputas³⁷; não obstante, conquistamos vitórias na eterna 'quebra-de-braços' com nossos 'senhoralismos predatórios'. Em relação à atuação da equipe ministerial, por exemplo, destacamos o equilibrado desempenho do Ministério da Fazenda; a volta do Ministério da Cultura; a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a retomada de políticas na área da Proteção, Saúde e Prevenção ao Desmatamento;

³⁷ J. A. MOISÉS, in <https://jornal.usp.br/radio-usp/prestes-a-completar-o-primeiro-ano-de-governo-lula-se-ve-as-voltas-com-desafios/>

a valiosa atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública no enfrentamento de investidas golpistas e na defesa democrática; e a impecável atuação do Ministério da Saúde; bem como a volta da valorização da Ciência e Tecnologia. Igualmente, enfatizamos a articulação positiva entre economia e política na valorização do campo da Saúde e da Educação Inclusivas; na quebra da descontinuidade das Políticas Públicas; na interlocução democrática entre as forças em disputas e a unificação do país; na presença da União nos níveis estaduais e municipais da Administração, dentre outras, medidas e avanços positivos.

Não obstante, a guerra entre os Poderes não dá sinais de trégua, conforme indicam as muitas contendas: a regulação das plataformas de informação (PL 2630); a integração latino-americana e contrarreformas de base; as leis orçamentárias; o marco temporal; a descriminalização de drogas e do aborto; as indicações federais de nomes e cargos e a PEC de reforma e controle do STF, dentre outras. Indubitavelmente, embates elucidativos do atual cenário político, travado por um orçamento 'sem gordura' e disputado a ferro e fogo, especialmente neste ano eleitoral. Certamente, 2024 é um tempo de muito mais enfrentamentos, sobretudo entre o capital político do governo e as artimanhas da turma do 'orçamento-secreto', hoje 'escancarado' (lembrando que o (des)presidente anterior cortou 60% da verba do Bolsa Família para viabilizar o inescrupuloso "orçamento secreto" e comprar apoio no Congresso à eleição de 2022).

Inúmeros e multifacetados confrontos ocorrem em vários campos, sendo reapropriados e propagados em diversos meios, particularmente na *midiosfera metapolítica* e na cotidiana disputa dos Poderes. No terreno da comunicação pública, os embates contam com o "auxílio luxuoso" de distintos meios midiáticos (imprensa, TVs, rádios e plataformas digitais) que consolidaram uma cultura da/na internet caracterizada por descontrole e desregularização, descontextualização e desinformação, ataques massivos e simultâneos, notícias sensacionalistas e baixa moderação de conteúdos, uso perverso de novas tecnologias, dentre outras marcas que resultam em justificação e legitimação de práticas 'injustificáveis' (normatização). Todavia, tímida ou equivocadamente, o atual governo não tem enfrentado à altura os desafios colocados pelo ecossistema de (des)informação vigente, passando uma imagem de acomodação e impotência diante das novas tecnologias de comunicação e das investidas da mídia corporativa tradicional.

Uma oposição predatória é orquestrada por um Parlamento corrupto e fisiológico, com grande representação bolsonarista, afiado para consumir um golpe 'semipresidencialista', ou outro qualquer, com suas punhaladas sistemáticas em um cada vez mais fragilizado presidencialismo de coalizão. Os embates são pontuados por abuso do poder econômico e pelo continuado uso afrontoso da maquinaria pública (apropriação de dinheiro público, intensidade de trocas e negociações fisiológicas e no preço altíssimo da governabilidade). Setores ultradireitistas e neoliberais, novamente articulados, preparam-se para enfiar uma espada sacrificial em Lula e em suas prerrogativas e intenções de continuidade política, através de estratégias que vão desde o engessamento do controle parlamentar, ao golpe do fim da reeleição. Tudo isso regado pela usual manipulação e instrumentalização da opinião pública, via meios e mídias tradicionais e alternativas.

Neste contexto, para grande parte da população a raiva catártica e/ou a luta política são o horizonte possível. Conforme visto, cotejando institucionalidades políticas, os meios e tecnologias comunicacionais aplicados continuam atuantes, promovendo a histriônica *guerra cultural* que tem como método o 'uso-e-abuso' de disposições afetivas à conversão ideológica e à naturalização de violências políticas decorrentes. Assim, os paradoxos próprios à uma 'cultura da internet' continuam sendo extensivamente explorados na disputa de narrativas sobre questões cruciais à sociedade. Logo, no domínio social há muita incógnita. Como discutido antes, imagens e atos extremistas foram/são alimentados no e pelo esgotamento evidente e inevitável da lógica neoliberal vigente, junto à necessidade urgente e sempre adiada de solucionar nossas encruzilhadas políticas. Por parte desta racionalidade (neoliberal), a opção foi/é estreitar cada vez mais os laços com Estados e políticos autoritários, autorizando mais retórica populista e maior repressão sobre uma sociedade cada vez mais esgarçada, material e simbolicamente, pelo rebaixamento de suas condições de vida e pela perda exponencial de direitos. Em particular, uma coletividade a ser controlada pelo fim da democrática mediação institucional entre Governo e massas.

"Apesar dos pesares", temos de volta imagens e sentimentos positivos do Brasil, dentro e fora do país. Mais ainda, recuperamos a impagável sensação de ter um 'governo de fato'; e não um trapalhão incompetente e covarde que por quatro terríveis anos ocupou a principal cadeira política da nação: que fugiu de suas responsabilidades, que deixou morrer e a 'boiada passar', que retirou direitos e ameaçou de morte adversários, que cindiu a sociedade, que violou as regras democráticas básicas, que pregou o ódio e a violência, que vendeu o país 'a troco de joias', que aparelhou a máquina pública de ineptos, corruptos e escórias, a serviço de seus interesses, que abdicou do exercício de governo em prol do 'Centrão', dentre tantas pérolas da necropolítica que caracterizou a gestão passada.

Apesar do afastamento do protagonista canastrão de nossa minissérie rocambolésca, o (des)governo anterior, em 2023 ameaças fantasmagóricas e riscos reais reencarnaram-se em muitas dimensões. Neste curso, o perigo maior é que em 2024, e adiante, voltemos atrás. Seja por uma conhecida repressão direta sobre a sociedade civil; seja pela instrumentalização de ‘mais e muitos’ afetos e desafetos que geram adesões subjetivas e coletivas e, assim, garantem o controle social indireto (notadamente, o rebaixamento e simplificação de disputas identitárias e ideológicas). Oxalá, esta não seja a via, régua, nem regra do atual governo.

Enfim, nestes tristes tempos atuais de ‘servidões voluntárias e involuntárias’ (de ‘déficit humanitário’ e/ou ‘humanidade excedente’), tal cenário concorre para anular parte do que vem sendo feito e para mitigar o reduzido horizonte de expectativa daqueles que acreditaram e apostaram na consolidação de nossa República. Dito melhor, dos muitos que lutaram pela volta de uma vilipendiada Democracia, que tenha como princípio garantir crescimento com desenvolvimento social. Uma esperança depositada por quem votou e vota por uma vida, um povo, uma sociedade e um país melhores. Mais, ainda, por uma almejada bonança de ‘tempos de paz’; ou seja, pela volta a ‘dias normais’.

4.2 “O BRASIL VOLTOU”: afinal, para onde vamos?

Retóricas antipolítica e antissistema caracterizam a Nova Direita, em suas diversas manifestações (extrema, conservadora, iliberal, autoritária, autocrática, populista). A nível global, representam fenômenos de bases reacionárias e retrólicas que, de uma lado, têm sido instrumentalizados por interesses econômicos, partidários, governos e políticos oportunistas. De outro, vem sendo abonados por setores sociais em crise e em conflito face à impossibilidade de terem garantidas suas necessidades básicas - como acesso a bens e direitos e manutenção e melhoria da qualidade de vida deles (classes médias e populares) -. Se passa o mesmo em nosso país, que não pode ser pensado como descolado do globo, especialmente em relação ao assenhoreamento neoconservador que nos ronda. É preciso pensar o Brasil no mundo, mas nos termos de sua especificidade.

O governo atual e boa parte da sociedade brasileira, em clima de ‘paz e boa vontade’, aguardam a desejada normatização de nossa vida política e social, com consciência de que temos mesmo muito a fazer, encarando conhecidos desafios e enfrentando novos riscos e ameaças que nos espreitam (de dentro e de fora) face ao perigo de maior radicalização e autonomização do movimento ultraconservador nacional. Desde a redemocratização brasileira, interna e externamente, lidamos com ameaças e tentativas autocráticas, com ou sem a presença explícita de “tanques na rua”. Como vimos, assim como no contexto do golpe civil-militar de 1964, nossas elites dominantes e camadas médias ‘senhoriais’ endossaram e reproduziram ideários neoconservador e antidemocrático que, mais uma vez, hoje estão em voga. Todavia, o mundo e o Brasil mudaram; nunca nossa sociedade mostrou-se tão fraturada e a violência política e social (objetiva e simbólica) tão naturalizadas e introjetadas em sujeitos, coletivos e instituições (normatizadas).

Junto à esperança renovada, vivemos hoje um tempo de ambiguidades e incertezas. De certo mesmo, apenas, a constatação crítica de que a régua de medida do atual governo não pode ser a eterna comparação com o (des)governo anterior. No mais, vai ficando cada vez mais clara a convicção de que a Democracia não é um conceito abstrato, nem uma desencarnada forma política, restrita ao punjente moento do rito eleitoral. Representa uma forma de sociedade sempre em construção; portanto, ela (Democracia) encontra-se sob a responsabilidade de uma sociedade mais ampla (e não pesando nos ombros de um governante). Afinal, para garanti-la precisamos, podemos e devemos fazer muito mais.

Lula vs. Bolsonaro, de novo!

No Brasil desta última década um padrão neopopulista ganhou força, ressonância e adesão, sustentado internamente pela ocupação de ‘novos velhos’ domínios sociopolíticos que se reapropriam de linguagens e modos múltiplos à conquista e manutenção do poder e que deram xeque-mate em nossas lideranças políticas tradicionais (assim como presenciamos em outras realidades, fora de nossas fronteiras). Como buscou-se demonstrar, em exitoso itinerário, encampou discursos ‘antipolítica’ e ‘antissistema’, entronou seu ‘mito’ (embora de ‘pés-de-barro’) e reproduziu exponencialmente polarizações identitárias de forte apelo emocional (valores). Conforme indicam recentes pesquisas de opinião³⁸, o uso-e-abuso das tecnologias comunicacionais, a agressiva e disruptiva ocupação do aparelho do

³⁸ <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/lavareda-sobre-...na-o-ano-mais-forte-do-que-quando-foi-eleito-diz-ao-dcm/>

Estado, notadamente o Executivo e Legislativo (sem 'Centro' e com o 'Centrão' no meio), e a adesão de muitos às pautas antidemocráticas concorrem à continuidade e constância de formas radicalizadas de compreender, interpretar e atuar na vida política e social. E mais, maneiras de pensar e agir que emperram o caminho em prol de nossa almejada 'normalidade', ávidos que estamos de um pouco de bonança.

No campo e jogo de disputas, hoje encarnado nas figuras políticas de Lula e Bolsonaro, novas imprevisíveis *guerras culturais* e *dissonâncias cognitivas coletivas* irão alimentar projetos de conquista e retomada de poder e de controle da máquina e dos recursos públicos. Apesar de um "novo tempo", indicadores recentes apontam relativa estabilidade na calcificação política da sociedade brasileira (centro-esquerda vs. ultradireita) e revelam a manutenção de oposições afetivas e performativas para além da disputa eleitoral, como destacamos, própria a uma *esfera metapolítica*. Hoje nos vemos ameaçados por polarizações assimétricas e suprapartidárias que se autoproduzem, propagam e configuram divisões de fato e calcificação de posições, na qual valores de campos distintos continuam sendo disputados. Aqui, no limite, as afinidades e pautas identitárias têm controlado os *discursos*.

No momento corrente certos elementos continuam a assombrar a imberbe República nacional, demonstrando que é preciso discutir e encontrar soluções concretas às contradições e conflitos político-econômicos de base; bem como responder de forma propositiva às questões socioculturais que esgarçam o tecido social e rebaixam as condições e a qualidade de vida do multifacetado povo brasileiro. Matérias que, por fim, impossibilitam a almejada coesão social. Talvez, a lição principal de 2022/2023 tenha sido a presença e permanência indesejadas de um país cuja cara desconhecíamos (ou não queríamos ver). Quiçá, a tarefa crucial de 2024 seja o enfrentamento e banimento da normatização da barbárie que nos atormenta.

Na situação corrente Lula afirma-se como 'o' representante dos setores centro-democráticos e progressistas, em níveis local e global. Graças a ele, em termos relativos, nosso neopopulismo extremista foi rachado ao meio, relativamente enfraquecido e posicionado em fase 'defensivo-reativa' - embora siga colocando pressão e controlando a pauta comunicativa da agenda nacional -. Como sabemos, seu governo emergiu em terra arrasada, erguendo as bandeiras da esperança e confiança em um Brasil melhor. E, assim, arrastou consigo distintos blocos e foliões que engrossaram fileiras, mas que esperam muito mais, pressionando fraquezas e encarando desafios evidentes no recém-concluído primeiro ano de novo mandato. Prontos para denunciar o distanciamento entre retórica de campanha e prática de governabilidade, muitos seguem apertando a governança, reivindicando a liberdade e autonomia do Executivo à promoção do crescimento com desenvolvimento social e empunhando bandeiras republicanas - por exemplo, o controle social do Estado e a prometida inclusão das classes médias e populares e das minorias históricas no orçamento público -³⁹.

Ao mesmo tempo, na atual fase de gestão governamental testemunhamos também a continuidade de dinâmicas perversas, marcos e heranças, inevitavelmente ativos, evidentes em muitas frentes: nos principais embates travados entre poder executivo e elites locais, nos ataques e difamações de figuras públicas e instituições e em ambíguas atitudes e comportamentos de agentes mediadores - as classes médias, os grupos formadores de opinião, o 'desencarnado mercado', o corpo político vinculado ao empresariado nacional, o agronegócio, o capital financeiro e os fundamentalistas religiosos -. Entre quebras-de-braço e danças-de-cadeira, acelera-se o ritmo onde o fantasma do 'velho autoritarismo' baila sobre nossas cabeças. "Nada de novo no *front*", embora derrotado como regime, como ideologia nosso neopopulismo não foi realmente suplantado. Sem dúvida, se não tivermos muita mobilização popular e sem avanços efetivos nas políticas governamentais estaremos novamente vulneráveis às velhas e novas disputas de narrativas que anulam realidades fáticas e ajuízam precoce e negativamente proposições e iniciativas do governo atual.

Em lados diametralmente opostos, Lula e Bolsonaro dividem o campo político e social como detentores de capital político e influenciadores da/cena nacional ao alinharem projetos e intenções de muitos que passam a transitar em suas órbitas. Segundo os principais institutos de pesquisa, há um empate técnico entre eles. Tudo indica que nas futuras disputas eleitorais (2024 e 2026) permanecerá uma polarização acirrada entre Lula/petismo e Bolsonaro/bolsonarismo - em especial, na medida em que o equilíbrio do Centro político continua emperrado e

³⁹ Neste fluxo, diversos setores sociais diferenciados cobram ações efetivas que garantam as promessas de campanha: a devida progressividade do imposto de renda; a realização e atualização de Políticas Públicas de qualidades; a implementação de mais e melhores serviços sociais e urbanos; a desejada paz, defesa e segurança pública, via combate ao crime organizado, controle de armamentos e do tráfico de armas e policiamento de fronteiras; a defesa de pautas identitárias; a regulamentação e controle das mídias digitais e da comunicação pública; o enquadramento e punição das Forças Armadas e de demais mentores do golpe antidemocrático, dentre outras 'urgências' acumuladas.

permanecem muitas das 'questões de ordem' - . Na atual conjuntura, cabe perguntar se, mesmo 'inelegível', o 'capitão' estaria desgastado e reduzido a um nicho para reagrupar uma Direita mais convencional, historicamente fisiológica e menos ideológica? Se a resposta for sim, então, para o neoconservadorismo "da hora", quem encarnaria nova liderança face à desidratação de seu 'astro'? Alguém menos radicalizado, mas operando na mesma lógica discursiva? Aparentemente mais moderado, porém alinhado política e ideologicamente ao projeto autocrático? Dentre muitas, estas e outras indagações pairam no ar, enquanto interesses, tramas e pânicos de muitas faces (reais, morais, existenciais) se reagrupam e vão amalgamando desejos ambíguos e intramuros e reorganizando benesses e afetos variados, reféns de seu próprio tempo.

Novamente, serão incitados e instrumentalizados o conservadorismo atávico de parte da população brasileira e nossa caricata agenda de costumes, requentando-se falsas retóricas como, por exemplo, a volta da censura e a 'perda das liberdades', as 'ameaças comunistas', os ataques e desmoralização de autoridades públicas, a discutível presença de 'células terroristas' nacionais e internacionais, a forçada acusação antissemitismo do governo e da esquerda nacional e as disputas pseudo-identitárias, dentre outras. Como vimos, aposta-se todas as fichas numa falácia truculenta que alimenta a frenética busca por 'lacrção' nas redes sociais e a adjudicação negativa do atual governo. Devemos ter claro que hoje o que está em jogo vai além de corriqueiras novas eleições, sublinhando ser a disputa de identidades e valores o que traça o recorte do voto (dos eleitores pragmáticos aos ideológicos). Mesmo afastada a 'liderança nefasta' anterior da rédea da máquina pública e retomada as regras estruturantes do jogo democrático, precisamos desapartar o corpo social e 'desradicalizar' partes expressivas de sujeitos, coletivos e instituições brasileiras. Tarefa urgente!

Um bom exemplo aqui é o ainda forte "ódio ao PT", uma (dentre outras) expressão da sobrevivência e força do 'novo' projeto autocrático que continua a se apropriar hiperbólica e histrionicamente de clássicas oposições projetadas ao campo das identificações partidárias (petismo vs. antipetismo). Menos ou mais ideológico, o furor e a fúria em relação ao PT parecem não ter data de validade já que reencarnam velho e resiliente sentimento de rejeição à esquerda, próprio àqueles que dominam material e simbolicamente nossa sociedade (das elites econômicas aos privilégios da 'branquitude'). Quiçá, dependendo do futuro 'bom' desempenho de 'Lula III', a repulsão partidária possa até diminuir, mas o fantasmagórico temor à diferença e à perda de regalias e salvaguardas, subjacentes ao requentado anticomunismo, tende a ser rearticulado e novamente instrumentalizado.

No presente cenário 'sem-Bolsonaro', mas com um "bolsonarismo 2.0"⁴⁰, estamos longe da esperada 'normalidade' e testemunhamos a tendência crescente de recomposição do neoconservadorismo local e a perturbadora mobilidade do 'capitão' e de sua trupe. De forma surpreendente, apesar de desmascarado, duas vezes declarado inelegível e prestes a ser condenado e preso, além de seus séquitos, o ex-presidente conta ainda com significativo apoio político-partidário e civil, acumulando força suficiente para manter acesa a sanha neofascista presente e próspera em nossos dias⁴¹. Hoje o 'capitão' detém cerca de 40% de votantes declarados, lança plataforma política própria (a Ação Conservadora), bate recordes de audiência nas *lives* (a última de 28/01 reuniu mais de 440 mil participantes), articula-se com a ultradireita mundial (da Argentina de Milei ao Chega português), convoca novas manifestações como teste de popularidade e demonstração de força, e aposta na retórica radicalizada, mantendo inabalável a divisão fulcral no seio de nossa sociedade.

Essas e outras cisões ideológicas e moralismos simplistas emperram o entendimento de questões complexas (desigualdades e exclusão, racismo e autoritarismo, feminismo e emancipação, corrupção e violência política, democracia e ditadura, religiosidade e religião, sexualidade e direitos, dentre muitos), que deveriam estar sendo adequadamente abordadas à apreensão do que realmente importa no contexto pré e pós-eleitoral. E, pior ainda, da forma como têm sido jogadas à plateia, sem serem devidamente compreendidas, elas concorrem à permanência e projeção de medos, raivas, ressentimentos, ódios e violências. Estas, como vimos, terminam deixando a política, as pessoas e sociedade e as instituições reféns de esperanças mórbidas e soluções autoritárias.

⁴⁰ Segundo Gentile (2022), como um prócer de massas, o ex-presidente encarna uma ideia-força, independentemente de sua presença efetiva no cenário político. E, como um líder em construção, molda-se pela demanda de suas bases.

⁴¹ Nas últimas eleições gerais, Bolsonaro teve 49,10% de votos válidos (58.206). Atualmente, o número de 'bolsonaristas' declarados é exatamente a mesma (25%), um ano depois. E mais, considerando-se os voláteis 21% que se declaram 'neutros'. Mesmo percentual de aprovação, apesar do abandono das bases, dos péssimos indicadores de seu governo, notadamente os 700.000 mortos na pandemia, das suspeitas de corrupção e todos os escândalos que envolvem o 'capitão'.

Urgências e Desafios

Num contexto tão histriônico e ameaçador como o descrito, é preciso compreender contrapontos da última vitória eleitoral para pensar estratégias aos próximos pleitos⁴² e novos projetos de transformação societária, redimensionando a extensão da força extremista instalada no corpo social (redes e ruas) e na cena política nacional. Como parece, a comunicação governamental (um dos pontos fracos da atual gestão) e a mídia não corporativa progressista têm perdido a batalha pelo ampliamto da informação de qualidade na internet. De imediato, é necessário desmontar a nefasta máquina de mentiras e burlas promotora de *guerras culturais* e *dissonâncias cognitivas coletivas*, pautadas em estéreis disputas ideológicas. Urge monitorar e controlar essa potencialmente perigosa engenharia comunicacional, sem rebaixar o nível de uma indispensável comunicação pública de qualidade - afinal, nossa regra de medição não pode ser a mesma dos 'bolsonaristas' -. Por mais difícil que pareça, é imprescindível transparência e interlocução políticas. Conforme C. Rocha (*id. ibid.*), precisamos apostar numa 'ética do diálogo', em contraposição à 'retórica do ódio' propagada e banalizada no ecossistema de (des)informação.

No âmbito político-governamental, é urgente regular *big-techs* e demais plataformas digitais com vistas a furar bolhas que customizam negativamente determinada cesta de (des)informação. Mesmo que pareça ilusório, temos que pensar e implementar estratégias que possam atrair e comprometer setores cruciais, inclusive grande mídia, políticos e parte das elites, com uma providencial 'desradicalização' político-discursiva (forjada e projetada na *midiosfera* extremista e que penetra vários domínios da vida política e social). Precisamos propor e realizar ações efetivas para enfrentar a continuada e alimentada *guerra de narrativas*, assentada no 'uso-e-abuso' de disposições afetivas à conversão ideológica e à naturalização de violências políticas decorrentes. Nesta disputa inglória paradoxos próprios à 'cultura da internet' têm sido extensivamente explorados, jogando contra ou a favor de questões centrais à sociedade.

É necessário, também, erigir pautas políticas atualizadas capazes de denunciar e enfrentar o circuito de convivência histórica com conservadorismos e autoritarismos institucionais que nos perseguem - do Estado às camadas dominantes e mídias brasileiras -, atacando concretamente suas bases protofascistas. Dentre muito a fazer, Vladimir Safatle (2023b), numa crítica arguta aos eventos recentes, sublinha que não se pode mais temporizar e elenca providências urgentes que ainda não foram implementadas e que devem ser encampadas "já!" Por exemplo, o fim da politização de nossa polícia militar, o afastamento e punição da ala insurrecional das forças armadas brasileiras e a responsabilização e condenação das elites econômicas e empresariais envolvidas nos movimentos antidemocráticos e no financiamento da *midiosfera extremista*. Em especial, cabe redefinir o papel de nossas Forças Armadas e propor um projeto de modernização capaz de desmilitarizar e despolitizar suas ações e de garantir a defesa e soberania nacional efetivas, enfrentando à altura nossa velha "questão militar" (já passa da hora de acabar com as ambiguidades interpretativas do Artigo Constitucional 142⁴³ e com os dispositivos autoritários, controlados por militares, como a GSI e ABIN).

Igualmente, necessitamos construir projetos de futuro e mobilizar setores populares e, assim, substituir o 'eleitorismo' de antes (e sempre) por educação, emprego e renda, escola pública de qualidade, crítica social e formação cidadã. Passos imprescindíveis não apenas para organizar as bases sociais do atual governo (as classes D e E, que votam majoritariamente de forma pragmática); mas, sobretudo, para fortalecer processos de pressão fora do ambiente controlado dos circuitos institucionais e assegurar respaldo popular à governabilidade, aprofundando políticas de Estado que habilitem sujeitos e instituições à construção e consolidação de uma sociedade efetivamente inclusiva (Safatle, 2023b). Dito melhor, precisamos promover ações para que pessoas e grupos se tornem cientes das contradições internas e externas que comprometem nosso crescimento econômico com justiça social. E mais, capacitá-los individual e coletivamente para voltar a ocupar as ruas com pauta, projeto e coragem para defender governos e governabilidades democráticas, lutando por uma democracia efetiva, conforme Marilena Chauí. Como tão bem esclarece, uma democracia inconclusa, em erguimento; uma forma social na qual direitos estão continuamente em

⁴² É crucial compreender a importância de nossas próximas eleições. Quando olhamos as projeções das pesquisas, é assustadora e acachapante a provável vitória de neoconservadores para ocupar a chefia do executivo e as câmaras municipais em 2024. Afinal, sem fazer as devidas disputas ideológicas progressistas como ganhar corações e mentes nos municípios? Estes, como sabemos, espaços por excelência de definição de políticas e de politização da sociedade.

⁴³ "Esse artigo da Constituição costuma ser citado quando bolsonaristas pedem "intervenção das Forças Armadas ... O artigo 142 não trata de divisão entre os poderes, mas descreve o funcionamento das Forças Armadas. E, segundo constitucionalistas, em nenhum momento ele autoriza qualquer poder a convocá-lo para intervir em outro" (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52857654>).

processo de construção (2023)⁴⁴. Ou seja, uma configuração social onde disputamos nossos frágeis e ameaçados Direitos Sociais e buscamos Novos Direitos, via muitas formas de luta - anticlassistas, antirracistas, antissexistas, antitransfóbicas e urgentes pautas ambientais.

Finalmente, precisamos atualizar e promover mais e melhores Políticas Sociais inclusivas e setorizadas (combate à fome e miséria, aumento real do salário-mínimo, geração de trabalho e renda, oferta de serviços públicos de qualidade, acesso a bens culturais e ambientais, segurança e defesa de minorias, políticas públicas de cotas e disputa popular do orçamento público). Medidas possíveis através da execução de tarefas urgentes, porém ainda modestamente anunciadas. Por exemplo, a reestruturação de políticas condicionadas ao trabalho de formação e organização de seus beneficiários e de proteção e exploração sustentável do Meio Ambiente, a remodelagem da estrutura tributária que efetivamente “coloque o pobre no orçamento público e o rico no imposto de renda” e a reestruturação de nosso modelo de segurança pública, dentre outras.

Compreensões Sensíveis

Sim, não parece nada fácil tantos desafios, mas ainda falta muito para o jogo acabar. Em nosso campo de atuação, de forma modesta, ‘compreender’ representa uma boa direção para enfrentá-los. Uma compreensão renovada; um investimento reflexivo que lance luz sobre dimensões afetivas da experiência sociocultural que nos forja; uma reflexão inspiradora e propositiva que aponte outros lugares e oriente rotas à tarefa de compreender *formas* e *modus operandi* que regulam nossa vida coletiva.

Conforme argumenta Muniz Sodré (*id. ibid.*), uma atitude diante do conhecimento que vincule proativamente sentimento, representação e ação como meio para captar valores e significados sentidos e vividos. Sujeitos e objetos epistêmicos apreendidos e interpretados como ‘forma cultural’, e não como estruturas categóricas; uma maneira nada fixa, plástica e móvel, de interpretar dimensões subjacentes à formação de dado entendimento comum (*id. ibid.* 46 e 58), imprescindível à apreensão e interpretação de determinada realidade social. Como bem sublinha, mais do que dados e cifras, uma reflexão que se coloque além de macro categorias analíticas que, em níveis onto e epistemológicos, lance luz sobre outros sentidos resgatados e reconstruídos, apreendidos como fontes e recursos à imprescindível tarefa de reinterpretar o Brasil e a nós mesmos.

Em termos político-sociais, uma compreensão crítica que nos guie reflexivamente em direção ao compromisso de enfrentar à altura nossas urgências, pensando diagnóstica e prognosticamente. Mais ainda, uma maneira de examinar temas, sujeitos e objetos que nos ‘afete’ e conduza à construção de um saber pessoal e socialmente sensíveis que ultrapasse os protegidos muros das instituições acadêmicas. Em particular, esperamos que essa plástica chave ‘compreensiva’ ilumine o desafio de interpretar contextos sociais e empíricos encobertos nos discursos enunciados de nossa pesquisa em curso, sobre representações sociopolíticas de dois grupos de brasileiros emigrados.

No universo empírico investigado, identificamos uma dimensão afetiva crucial como fonte para compreender parte do processo de mobilização e engajamento político de muitos, seja na retórica democrática ou na antidemocrática. Nos dados construídos, o campo dos afetos/desafetos mostrou ter incidência sobre as filiações políticas observadas - das heroicas militâncias partidárias e dos setores progressistas, que há muito lutam por democracia e justiça social, às artimanhas e trapaças político-institucionais que sustentam a verve e o ímpeto neoconservador. Como veremos, distintas, mas articuladas, ambas prerrogativas angariam “corações e mentes” -. Nestes termos, contextualizar a recente experiência brasileira representa mais do que compreender a nós mesmos. Significa também situar o público-alvo do projeto em curso da Regional 1 - brasileiros emigrados com distintas visões e opiniões político-partidárias, que embora se reconheçam/sejam reconhecidos como ‘em lados opostos’, diferenças à parte, assemelham-se na carga afetiva implícita em suas avaliações sociopolíticas, e no atravessamento da ‘condição migrante’, presentes em suas práticas e representações mais gerais -.

Junto a questões próprias aos objetivos de nossa investigação, encontramos pistas que ajudam a decodificar processos correntes e seus desdobramentos em nossa sociedade, na experiência latino-americana e em demais partes do mundo. Afinal, entre ‘nós e os outros’, o propósito de muitos tem sido garantir uma perversa lógica de acumulação e reprodução de um sistema em crise e decadente que fissura internamente sociedades para controlar

⁴⁴ Marilena Chauí argumenta que a Democracia não é uma forma de Estado, mas uma forma de Sociedade. Ela representa uma sociedade de direitos cujas lutas sociais articuladas garantem conquistas anteriores e ampliam sua extensão ao incorporar mais e novos direitos (<https://www.youtube.com/watch?v=2F6-imiQawk>).

inevitáveis perda de credibilidade e contestação de sua lógica acumulativa. Incapaz de dar respostas efetivas a sua própria crise e aos problemas que causou, junto à repressão fática, precisam reagir a processos socioculturais emancipatórios (van Dijk, 2023)⁴⁵, desconstruir a arbitragem democrática de conflitos e promover a falácia do combate à corrupção e a demonização da política, banalizando e simplificando o estofado das incertezas, instabilidades e conflitos que nos cercam.

Ao fim e ao cabo, de forma transversal, o material reunido neste ensaio contribuiu também à compreensão de outros contextos próximos à experiência dos sujeitos investigados - brasileiros que vivem na Espanha -. Mesmo observadas tangencialmente, por exemplo, identificamos aspectos presentes em certas avaliações e juízos que circularam nas recentes disputas eleitorais espanholas (combate ao 'comunismo', 'globalismo' e 'ideologia de gênero'), obviamente com especificidades locais (a questão da imigração e independentismo). Face às ondas de crescimento da ultradireita nas democracias ocidentais, por exemplo, alumbraria certas dinâmicas presentes na sociedade espanhola atual⁴⁶, na qual presenciemos a instrumentalização de medos, ameaças e intolerâncias em torno de 'inimigos preferenciais'. E mais, onde observamos a adesão de segmentos expressivos às mensagens política, econômica, moral e eticamente desagregadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto percorreu uma história recente sobre a experiência político-social brasileira (2013-2023) para montar um pano de fundo à compreensão de enquadramentos externos e internos que informam indivíduos investigados, no período de novembro de 2022 a julho de 2023. Neste amplo recorte do tempo presente, circunscrevendo marcos e mapas, resgatou dimensões político-econômicas e socioculturais que perpassaram a realidade brasileira dos últimos dez anos; em particular, a 'Era Temer-Bolsonaro' que amargamos como herança. Contextualizou dimensões subjacentes ao ressurgimento e consolidação de dado ordenamento político-social (autoritário e extremista) para inquirir se/como o "gradual e irrestrito" ataque à nossa democracia ('desdemocratização') e o avanço acelerado de nosso neoconservadorismo ('lavajatista-bolsonarista') manifestar-se-iam em práticas discursivas e modos de vida de brasileiros emigrados que compõem nosso universo empírico. O seja, descreveu conjunturas e circunstâncias importantes à apreensão de um Brasil-macro pelo olhar-micro daqueles que, mesmo de longe, engenham sua "pátria-mãe-gentil".

De olho nos dados construídos na pesquisa de campo, a discussão aqui realizada torna-se referência para figurar certos perfis sociais e determinados ideários sociopolíticos, de dimensões afetivo-morais, pertinentes ao conjunto diferenciado de brasileiros, atravessados pela condição comum de 'viverem em terra estrangeira' (Espanha), embora fortemente conectados a pessoas e acontecimentos em/de seu lugar de origem. Como já dito, um público-alvo dividido em dois conjuntos apartados, cuja compreensão de suas distintas lógicas requer apreender diferentes domínios de 'contextos' e 'textos' para além de um ponto de vista local e de uma perspectiva analítica 'unidisciplinar'. Em perspectiva comparativa, faz-se necessário cotejar distintos instrumentos e domínios disciplinares à tarefa de sistematizar e decifrar o rico conjunto de memórias, ideias, argumentos, desejos e ações, enunciado em específicos momentos de interação empírica (as conversas dirigidas realizadas).

A partir do macro cenário apresentado, o repto consiste em interpretar nosso *corpus* de dados sublinhando certas intersecções entre histórias e 'História'. Esta última é contexto; mais que 'datar' constrói marcos e mapas para identificar e decifrar mudanças, permanências, revisões e intersecções que singularizam e qualificam tempos, espaços, sujeitos e processos sociais abrangentes. Logo, ela não fica guardada no passado e tê-la em perspectiva é imprescindível para entender o 'hoje' e projetar o 'amanhã'. Já no âmbito específico da investigação em curso, tais dinâmicas de atualização, manifestas em dadas práticas sociais, é chave de entrada para examinar os discursos empiricamente enunciados; ou seja, os textos pronunciados, as histórias que eles (investigados) contam. Afinal, "o Brasil não é para principiantes"; nada simples, decifrá-lo requer perspectiva histórica, compreensão e imaginação

⁴⁵ Van DIJK, 2023. The Reactionary Right is Losing the Culture War.

⁴⁶ Das últimas eleições espanholas às negociações e impasses da recém-concluída investidura político-parlamentar e às estruturas e estratégias discursivas da cerrada oposição à atual composição governamental. Afinal, considerando os governos europeus e suas formações parlamentares correntes, bem como as tendências políticas crescentes nas democracias ocidentais, a terra de Cervantes não poderia ser poupada (afinal, também foi a terra de Franco).

reflexiva sensíveis e 'campo'. Como buscamos demonstrar, no Brasil destes dez 'longos' anos vimos forças e alianças conservadoras, de antes e da hora, se apropriarem, organizarem e projetarem narrativas hiperbólicas e disruptivas para manter poder e hegemonia, interna e externa, fazendo o país retroceder objetiva e simbolicamente.

Neste cenário geral, que nos forma e informa, testemunhamos também as consequências nefastas da falência de um capitalismo em crise (neoliberal), incapaz de garantir crescimento econômico com desenvolvimento social. Como promotor e avalista do abandono de regras democráticas básicas, a sobrevivência de tal sistema exige controle social direto (do corpo) e indireto (da alma) sobre muitos "corações e mentes", em todo o mundo globalizado. Pelo que apreendemos do contexto apresentado, o domínio cognitivo tornou-se via preferencial disso, baseada em forte manipulação afetiva e no incontrolável ambiente da *midiosfera digital*.

Vimos ainda que a reconquista e afirmação da democracia brasileira precisa ir além da vitória eleitoral e da conclusão do primeiro ano de governança progressista, um processo que se mostra insuficiente e em fase de construção. A defesa de nossa inconclusa experiência democrática exige realizar ações à desmontagem da lógica de reprodução de tantas e corrosivas desigualdades, descontentamentos sociais e dependências. Tais dimensões são matrizes de ameaças autocráticas infinitamente recompostas, face às novas tecnologias de controle e poder e às nossas características culturais elementares (inequidades e hierarquias de classe, gênero e raça/etnia, violências e autoritarismos, patrimonialismos e fisiologismos, intolerâncias e negação das alteridades constitutivas de nossa experiência social).

Diante do tamanho do 'fosso' cavado, precisamos consolidar o espinhoso trabalho de reconstrução nacional. Mais que nunca, é hora de reinterpretar e decifrar o espaço-tempo que nos contém e nos cerca, com cuidado e atenção redobrados. Contextualizar tal quadro tornou-se crucial para compreender sua complexidade e para o andamento e conclusão de nossa pesquisa. Como sabemos, caracterizamos o mundo através de palavras (*discursos*); pensamos e falamos informados por estruturas mentais fixas que terminam por produzir, reproduzir, romper e transformar a nós mesmos, ao outro e ao mundo. Logo, referenciados no material empírico produzido, buscaremos compreender dadas formas e modos de vida em tempos buliçosos de redes digitais, 'bolhas eletrônicas' e 'cultura da internet', novos ambientes onde partes massivas da sociedade se manifestam e expressam valores compartilhados. A título de elucidação, por exemplo, interpretar representações sociopolíticas do grupo de apoiadores do candidato derrotado em 2022 (G1) demanda conhecer melhor ideários e práticas que os informam - atravessados por uma lógica 'retrópica', conservadora e autoritária -, sobrepondo uma análise ideológica de seus enunciados, freneticamente partilhados. Conforme previsto no plano de trabalho, no próximo texto (Ensaio 3) apresentaremos e tipificaremos representantes deste conjunto (G1). Por sua vez, decifrar opiniões e condutas políticas do coletivo democrático-progressista (G2) requer dimensionar significados atrelados ao Partido, ao Governo e à Agenda que defendem e exaltam, atento à dimensão pragmática contida em seus 'atos de fala', majoritariamente compartilhados no ambiente digital. Para tanto, em sequência (Ensaio 4), em perspectiva comparativa com o G1, identificaremos e caracterizaremos tais sujeitos (G2).

Em conclusão, a discussão aqui empreendida termina por enfatizar que, seja lá (na 'terrinha') ou cá (neste pedaço de Brasil), é preciso lançar luz sobre 'contextos' mais amplos que informam dadas representações políticas e socioculturais manifestas em determinadas práticas sociais (ações, comportamentos e *discursos*) de muitos conterrâneos com os quais interagimos, cujos 'textos' nos aventuramos a interpretar. No fim das contas, o exercício realizado é, também, um jeito de "encarar de frente" o rosto do Brasil.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

CASTRO ROCHA, João César (2023). BOLSONARISMO: da guerra cultural ao terrorismo doméstico; retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. São Paulo, Autêntica Editora

FERNANDES, Sabrina (2019). "SINTOMAS MÓRBIDOS: A ENCRUZILHADA DA ESQUERDA BRASILEIRA". São Paulo: Autonomia Literária.

FORIN, J. (2019). "Operações enunciativas do discurso da extrema-direita". ISSN 1887-4606 Vol. 13(3) 370-382 www.dissoc.org

GENTILE, Fábio (2022). O LETRAMENTO FASCISTA | com Michel Gherman & Fabio Gentile | 154 - <https://www.foradapoliticanaohasalvacao.info/2022/11/o-letramento-fascista-com-michel.html>

GOUVEIA, Patricia (2022). "JESSE SOUZA E O BRASIL DOS HUMILHADOS: uma reinterpretação crítica" (*mimeo*).

JARRÍN, Álvaro e outros (2022). DEMOCRACIA PRECÁRIA: Etnografias de Esperança, desespero e resistência no Brasil.

MIGUEL, Luís Felipe (2019). "El resurgimiento de la Derecha brasileña", in SOLANO, Esther. 2019. EL ODIO COMO POLÍTICA: la reinención de la Derecha en Brasil (Boi Tempo/Kata Krac).

MUNIZ SODRÉ (2023). O FASCISMO DA COR: uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes.

NEGRI, Camilo (2023). A EXTREMA DIREITA NO SÉCULO XXI. Curso Fundação Perseu Abramo.

SAFATLE, Vladimir (2021). "A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral".

SCHWARCZ, Lília (2019). AUTORITARISMO NO BRASIL. 2019. São Paulo, Companhia das Letras.

SECCO, Lincoln (2023). "A luta contra o fascismo e o (neo)liberalismo", in curso HISTÓRIA E POLÍTICA II: A CRISE DA DEMOCRACIA E A EXTREMA DIREITA NO BRASIL (Centro Sérgio Buarque de Holanda - CSBH/FPA).

SOLANO, Esther (2019). EL ODIO COMO POLÍTICA: la reinención de la Derecha en Brasil (Boi Tempo/Kata Krac).

SOUZA, Jessé (2019). O BRASIL DOS HUMILHADOS: uma denúncia da ideologia elitista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

STERLING, Heloisa & SCHWARCZ, Lília (2019). "BRASIL: UNA BIOGRAFIA". *Penguin Random House* - Grupo Editorial España.

VAN DIJK, T. A. (2023). The Reactionary Right is Losing the Culture War, *mimeo*.

ZICMAN DE BARROS, Thomás e LAGO, Miguel (2022). "Do que falamos quando falamos de populismo". Companhia das Letras; ISBN: 978-6559211241.

Barcelona, fevereiro de 2024.